



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 1 DE NOVEMBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Celmira Sacramento
Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita
Ex.^{mos} Srs. Silvestre Mendes
José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente deu início à sessão às 9 horas e 20 minutos.

Antes da Ordem do Dia. – Procedeu-se ao empossamento de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Deu-se conta dos documentos que deram entrada na Mesa da Assembleia Nacional.

Em declaração política, o Sr. Deputado Hélio Lavres (MCI/PS-PUN) falou da greve dos médicos e elogiou os esforços do Governo em importar medicamentos, para colmatar a falta de medicamentos nos hospitais do País, e reiterou o apoio do seu Grupo Parlamentar ao Governo.

Também em declaração política, o Deputado Wuando Castro (MLSTP/PSD) elogiou a coragem dos médicos em fazer a greve, criticou o Governo, quanto à sua atitude em relação ao pedido de indemnização de 400 000 euros por parte do Sr. Américo Ramos, por dizer que a greve se trata de uma questão política e pela falta de transparência na assinatura de contratos com a empresa turca. Também levantou questões à volta do Tribunal Militar.

Por sua vez, o Deputado Ossáquio Riôa (ADI) falou da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que contribuem para a crise mundial, e elogiou o Governo pela realização do Fórum de Investimento, pelo acordo com o FMI e por várias obras feitas.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Cílcio Santos (MLSTP/PSD) solidarizou-se com o povo santomense, principalmente com os médicos, alertou para que não se politize a questão da saúde e falou do fundo do Koweit para a construção de um hospital de referência.

O Deputado Conceição Moreno (MLSTP/PSD), em assuntos políticos de interesse relevante, falou da situação geral do País, o agravar da pobreza com a implementação do IVA, principalmente na Região Autónoma do Príncipe, e pediu ao Governo para reduzir a taxa do IVA no Príncipe, com o novo Orçamento.

Por sua vez, o Deputado Delfim Neves (BASTA) prestou o seu apoio aos médicos; criticou a maldade existente na sociedade santomense, e estendeu convite a todos para acabar com a perseguição e intrigas e lutar pela paz e tranquilidade nacional.

Também em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Jozino Veiga (ADI) pediu ao Governo para dar mais apoio à diáspora, no que toca ao tratamento de documentos, e felicitou o Governo pela criação do Consulado Itinerário que se desloca às comunidades na diáspora.

Ainda neste quadro, o Deputado José António Miguel (ADI) voltou a falar da situação em que o Governo recebeu o País e as melhorias sentidas; também falou do Sector da Saúde e de serviços públicos integrados.

O Deputado Eláckio da Marta (MLSTP/PSD) criticou a actuação do Governo quanto aos concursos públicos para a eleição de um juiz para o Tribunal Constitucional e para a importação de combustíveis; e questionou se o sistema presidencialista vai mudar a vida do povo.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Cílcio Santos (MLSTP/PSD) solidarizou-se com o povo santomense, principalmente com os médicos, alertou para que não se politize a questão da saúde e falou do fundo do Koweit para a construção de um hospital de referência.

O Deputado Conceição Moreno (MLSTP/PSD), em assuntos políticos de interesse relevante, falou da situação geral do País, o agravar da pobreza com a implementação do IVA, principalmente na Região Autónoma do Príncipe, e pediu ao Governo para reduzir a taxa do IVA no Príncipe, com o novo Orçamento.

Por sua vez, o Deputado Delfim Neves (BASTA) prestou o seu apoio aos médicos; criticou a maldade existente na sociedade santomense, e estendeu convite a todos para acabar com a perseguição e intrigas e lutar pela paz e tranquilidade nacional.

Também em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Jozino Veiga (ADI) pediu ao Governo para dar mais apoio à diáspora, no que toca ao tratamento de documentos, e felicitou o Governo pela criação do Consulado Itinerário que se desloca às comunidades na diáspora.

Ainda neste quadro, o Deputado José António Miguel (ADI) voltou a falar da situação em que o Governo recebeu o País e as melhorias sentidas; também falou do Sector da Saúde e de serviços públicos integrados.

O Deputado Eláckio da Marta (MLSTP/PSD) criticou a actuação do Governo quanto aos concursos públicos para a eleição de um juiz para o Tribunal Constitucional e para a importação de combustíveis; e questionou se o sistema presidencialista vai mudar a vida do povo.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Wuando Castro (MLSTP/PSD) criticou o não envio pelo Governo do Relatório de Execução Orçamental e a não entrega do OGE no prazo determinado; falou do aumento da taxa de segurança, do aumento do combustível no próximo ano e disse que a assinatura do acordo com o FMI depende das acções do Governo.

O Deputado Laudino de Jesus (ADI) falou sobre o aumento da taxa de Segurança Social.

Por sua vez, a Deputada Izilda Domingos (ADI) também falou da greve dos médicos, e agradeceu o Governo pela melhoria da energia eléctrica.

Ainda em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD) expôs a sua preocupação em relação às obras da Marginal e da ponte sobre o rio Lembá.

A Deputada Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) falou sobre as obras de reabilitação da casa de banho de um jardim de infância em Caué, e pediu ao Governo para responsabilizar as empresas que não terminam as obras.

O Deputado Messias Pereira (ADI) lamentou os preços dos transportes inter-ilhas, o problema da evacuação de doentes, e felicitou o Governo pela melhoria da vida da população na Região Autónoma do Príncipe.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Lourenço Freitas (ADI) criticou o comportamento dos Deputados na Sala, falou sobre a greve e contrariou a informação de que o Governo prometeu pôr transporte à disposição dos que querem regressar a São Tomé e Príncipe.

Também em assuntos políticos de interesse relevante a Sra. Deputada Alda Ramos (ADI) felicitou o Governo pela inauguração do Centro de Serviços Integrados no Distrito de Mé-Zóchi.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Deputado Osvaldo Abreu (MLSTP/PSD) fez um reparo quanto ao uso da língua portuguesa como língua oficial de trabalho no Parlamento santomense; prestou a sua solidariedade para com a greve dos médicos santomenses e para com o povo espanhol.

Ainda neste quadro, o Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) apelou a todos os santomenses a cultivar a paz e a evitar discursos de ódio, nos canais de rádio e nas redes sociais, e também se solidarizou com a classe médica.

De seguida, foram aprovados os Projectos de Voto de Pesar n.º 17/XII/5.ª/2024 – Pelo Passamento Físico do ex-Deputado, Sr. Marcelo da Conceição Correia da Cruz; e n.º 18/XII/5.ª/2024 – Pelo passamento físico da ex-Deputada, Sra. Maria Edith Salvaterra Pinto, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Delfim Neves (BASTA), Wuando Castro

(MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) e Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD).

O Plenário também aprovou um Voto de Solidariedade pela Tragédia que Afetou o Reino da Espanha, na sequência de fortes chuvas que devastaram a região de Valência.

Ordem do Dia. Procedeu-se à aprovação, na generalidade, especialidade e final global dos Projectos de Resolução n.º 70/XII/4.ª/2024 – Dá assentimento ao Presidente da República para que possa se ausentar do Território Nacional com destino à República da Guiné Equatorial, para uma visita de trabalho, entre os dias 22 e 26 de Agosto; n.º 71/XII/4.ª/2024 – Pedido de assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional com destino à República da Guiné Equatorial, entre os dias 17 e 19 de Outubro corrente, a fim de participar na XXV Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estados da África Central (CEEAC); e 72/XII/4.ª/2024 – Eleição de um Juiz do Tribunal Constitucional. Intervieram os Srs. Deputados Wuando Castro (MLSTP/PSD), Laudino Jesus (ADI) e Baltazar Quaresma (MCI/PS-PUN).

Também mereceram aprovação, na generalidade, especialidade e em votação final global, os Textos finais das Propostas de Resolução n.º 35/XII/4.ª/2024 – Assentimento para que o Presidente da República possa autorizar a entrada do Navio NRP Viana do Castelo, da Marinha Portuguesa, no período de 1 a 4 de Novembro de 2024, no âmbito da Ação de Cooperação Mar Aberto 2024 e n.º 34/XII/4.ª/2024 – Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República do Togo, relativo à Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Ordinários. Usaram da palavra, além dos Ministros da Presidência do Conselho de Ministros, dos Assuntos Parlamentares e da Coordenação do Desenvolvimento Sustentável (Lúcio Magalhães) e dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (Gareth Guadalupe) e o Sr. Deputado Danilo Santos (MLSTP/PSD).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 56 minutos.

A Sra. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 20 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' Oliveira

Alberto da Trindade Luís

Alda Quaresma da Costa d' Assunção Ramos

Albertino Amélia da Cruz

Aleksander Monteiro Lima

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Domingos Mendes dos Santos Preto

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d' Alva Teixeira

Feliciano Moreno Costa

Hélder Santana do Nascimento

Honório da Luz Sousa Pontes

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

Izilda Quaresma dos Ramos Domingos

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José Carlos Cabral d' Alva

Jozino Malupane da Veiga

Laudino Afonso de Jesus

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa Viegas d' Abreu

Orlando Borges da Mata

Ossáquio Perpétua Riôa

Salcedas d' Alva Teixeira Barros

Silvestre Moreno Mendes

Sólito da Cunha Lisboa Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Akadiry Emery Marçal dos Ramos

Arlindo Barbosa Semedo

Cícilio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos Santos

Conceição Vieira Moreno

Danilo Neves dos Santos

Eláckio Afonso da Marta

Ermilinda José Dias Borges de Castro Menezes de Pinho

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca Quaresma

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jaime Pires Sequeira de Menezes

Jerónimo Lima Pires Quaresma

Osvaldo António Cravid Viegas d' Abreu

Osvaldo Eduardo João

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Wuando Borges de Castro de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

António dos Reis Faleiro

Baltazar Albertina Quaresma

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

Hélio Fernandes da Costa Lavres

Movimento BASTA (MB)

Delfim Santiago das Neves

Levy do Espírito Santo Nazaré

Srs. Ministros, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos Técnicos, Técnicos da Comunicação Social aqui presentes, todos os cidadãos, todas as cidadãs que nos acompanham no Solo Pátrio, tal como as nossas diásporas, os nossos agradecimentos por esse acompanhamento e as nossas saudações.

Sejam todos e todas muito bem-vindos à 5.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura, que começou no dia 15 de Outubro, mas esta é a nossa primeira sessão plenária. Sejam todos muito bem-vindos.

Sra. Secretária da Mesa, peço que proceda à leitura do Termo de Posse, porque temos o empossamento de alguns cidadãos.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional, Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Vou proceder, então, à leitura do Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Ao primeiro dia do mês de Novembro do ano dois mil e vinte e quatro, compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos, Akadiry Emery Marçal dos Ramos, Hélio Fernandes da Costa Lavres e Feliciana Moreno Costa, dos Círculos Eleitorais de Água Grande, Cantagalo e da Região Autónoma do Príncipe, em substituição dos Srs. Deputados, José Maria Afonso de Barros, João Leonardo de Pina da Trindade Batista e Celisa Maria Martins dos Reis Aguiar, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Os Srs. Deputados substitutos prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária da Mesa que o lavrou».

A Sra. **Presidente**: — Sejam bem-vindas e bem-vindos à nossa Casa Parlamentar, novos Deputados e Deputada empossados.

Posto isso, convido a Sra. Secretária da Mesa para fazer a leitura de alguns expedientes que deram entrada na Mesa.

A Sra. **Secretária**: — Em termos de iniciativas que deram entrada na Mesa, temos o Projecto de Lei n.^º 7, de autoria de um grupo de Deputados, nomeadamente, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo e os Srs. Deputados Baltazar Quaresma, João Leonardo Batista, António Faleiro e Eldimiro Manuel, cujo assunto é «Lei sobre Incentivos para Emigrantes na Exportação de Veículos para São Tomé e Príncipe». Deu entrada no dia 17 de Outubro de 2024, está neste momento pendente, aguardando que os proponentes regularizem as insuficiências verificadas.

Em termos de projecto de resolução, temos a apresentar o Projecto de Resolução n.^º 70, de autoria da Mesa da Assembleia Nacional, cujo assunto é «Assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, para uma visita de trabalho, a convite do Presidente da República da Guiné Equatorial, o Sr. Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, entre os dias 19 e 26 de Agosto do corrente ano». Tem data de entrada no dia 14 de Agosto de 2024, está agendado para a reunião plenária de hoje.

Igualmente temos o Projecto de Resolução n.^º 71, assentimento para que o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, entre os dias 17 e 19 de Outubro, com destino à República da Guiné Equatorial, a fim de participar na XXV Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes do Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), também está agendado para o dia de hoje.

Temos ainda a registar o Projecto de Resolução n.^º 72, eleição de um Juiz do Tribunal Constitucional. Deu entrada no dia 12 de Setembro, tem como data de admissão dia 26 de Setembro, também está agendado para a reunião plenária de hoje.

Temos a registar o Projecto de Resolução n.^º 73, da autoria de um grupo de Deputados, nomeadamente, Beatriz Azevedo, João Leonardo, Baltazar Quaresma, Eldimiro Manuel e António Faleiro, que é terceira alteração à Resolução n.^º 29/VIII/2007, de 15 de Fevereiro, Regimento da Assembleia Nacional, adopção do forro, angolar, luguíé e cabo-verdiano como línguas de trabalho interno na Assembleia Nacional. Deu entrada no dia 17 de Outubro de 2024, neste momento estão também a ser regularizadas algumas insuficiências verificadas no documento.

Em termos de proposta de lei, não temos nenhuma a registar neste momento e em termos de proposta de resolução, vinda do XVIII Governo Constitucional, a Mesa recebeu as seguintes: Proposta de Resolução n.^º 33, Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da Federação Russa sobre a Cooperação Técnico-militar. Deu entrada no dia 2 de Setembro de 2024 e neste momento aguarda que o proponente regularize as insuficiências verificadas. Foi enviada uma nota ao Governo no dia 12 de Setembro de 2024.

Temos ainda a Proposta de Resolução n.^º 34, Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República do Togo, relativo à isenção de vistos para titulares de passaportes diplomáticos, de serviço e ordinários. Deu entrada no dia 2 de Setembro, foi admitido no dia 12 de Setembro e está agendado para discussão nesta reunião plenária.

A registar ainda a Proposta de Resolução n.^º 35, assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República possa autorizar a entrada do Navio NRP Viana do Castelo, da Marinha Portuguesa no período de 1 a 4 de Novembro do ano 2024, no âmbito da Acção de Cooperação Mar Aberto. Deu entrada no dia 5 de Setembro, foi admitido a 8 de Outubro e está agendada para a reunião plenária de hoje.

Já não temos mais proposta de resolução, temos ainda a registar apenas uma petição do Sr. Raimundo de Carvalho, que solicita a intervenção da Assembleia Nacional para que junto a entidades competentes possa efectuar investigação completa sobre os acontecimentos ocorridos no Comando Distrital de Lembá, na Cidade de Neves, bem como a devida reparação dos danos físicos morais e psicológicos sofrido no dia 18 de Julho do corrente ano. Deu entrada no dia 20 de Agosto, admitido no dia 28 de Agosto e tem neste momento um parecer da 1.ª Comissão.

Temos também uma petição de um grupo de cidadãos: Eromilda do Rosário Martins, Jamilson Afonso, Vanilson Quaresma e Erikson Nascimento, que solicitam a intervenção da Assembleia Nacional junto a entidades competentes, para serem ouvidos, de modo que haja um cabal esclarecimento da polémica em torno do terreno invadido na Zona de Voz da América. Deu entrada no dia 9 de Setembro, foi admitida a 12 de Setembro e tem o parecer da 1.ª Comissão.

A Sra. Presidente: — Os três Grupos Parlamentares se inscreveram para fazerem declarações políticas e então passo a chamar o Grupo Parlamentar MCI/PS-PUN, para fazer a sua declaração política, não excedendo 10 minutos.

O Sr. Hélio Lavres (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caras e Caros Deputados, sejam todos bem-vindos a esta sessão parlamentar. Aproveito a oportunidade para vos saudar e que esta saudação seja extensiva a todos aqueles que nos seguem a partir das respectivas casas.

Esta sessão decorre num momento conturbado, visto que nos deparamos com a greve dos médicos, o que condiciona o atendimento daqueles que recorrem aos centros de saúde para consulta e tratamentos médicos.

O manifesto eleitoral da Coligação MCI/PS-PUN contempla como orientação prioritária a pessoa humana no centro das preocupações, no que concerne à dignidade e bem estar social.

Neste sentido, agradecemos e felicitamos a estes profissionais pelos serviços mínimos prestados aos utentes, no cumprimento rigoroso das normas estatuídas numa demonstração de profissionalismo e sentido de responsabilidade.

Elogiamos igualmente os esforços consentidos pelo Governo na busca de solução com a importação urgente de medicamentos essenciais para minimizar a escassez.

Pelo exposto, instamos as partes para que encontrem formas urgentes e inadiáveis, soluções viáveis, para o levantamento da greve e, consequentemente, melhoria do Sistema de Saúde.

Por outro lado, apelamos aos partidos políticos para que não aproveitem a greve para fazer política, pondo em causa a saúde do povo sâo-tomense.

O MCI/PS-PUN vem manifestar todo o apoio ao Governo e o seu programa de governação em prol do desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado pela atenção.

Aplausos do MCI/PS-PUN e do ADI.

A Sra. Presidente: — Passo a chamar o Sr. Deputado Wuando Castro, para a declaração política do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Sr. Ministros dos Negócios Estrangeiros, Sras. Deputados, Srs. Deputados, Caros Funcionários e Técnicos da Assembleia, da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Antes de mais, quero em nome da Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD endereçar uma saudação muito especial ao nosso povo, saudação que é extensiva à nossa diáspora. Nossas saudações também aos médicos que estão em greve, pela coragem, empenho e dedicação que têm demonstrado na defesa da saúde do nosso povo. A vossa luta é justa e legítima, mantenham-se firmes, estamos convosco!

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — Lamentavelmente, a situação económica, financeira e social do nosso país continua a ser muito preocupante, degradante, e o Sr. Primeiro-Ministro continua numa clara campanha política com o propósito de voltar a enganar os sâo-tomenses. A tão propalada solução continua a não ter solução, aliás nunca teve, e a indignação e a frustração continua a dominar aqueles que acreditaram nas promessas de campanha do Líder do Partido ADI e actual Primeiro-Ministro.

Aquando do segundo aniversário da maioria absoluta do ADI, o Sr. Primeiro-Ministro, no seu balanço, na habitual conversa de amigos, teve a ousadia de afirmar que hoje temos um país melhor do que aquele que herdou em 2022. Essas declarações do Líder do ADI deixaram os mais atentos e realistas muitos desapontados e incrédulos, porque não conseguem ver este país de que falou o Chefe do Governo. Afinal, qual é o país de que falou o Primeiro-Ministro que está melhor? O país onde o custo de vida e os preços dos produtos básicos continuam a aumentar? O país onde os medicamentos essenciais faltam nos hospitais e centros de saúde de forma jamais vista na história da nossa República, e os médicos muitas vezes se sentem frustrados, porque não conseguem salvar vidas? O país onde os médicos, por carência extrema de medicamentos, têm que escolher que paciente salvar? O país onde a Justiça está sendo amordaçada pelo poder político? O país onde a Assembleia Nacional decide eleger como Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas um cidadão que ficou em 3.º lugar no concurso para ocupação de uma vaga naquele Tribunal? O país onde o Primeiro-Ministro não consegue conviver com o contraditório e críticas e ameaça uma rádio privada com

o encerramento das suas emissões, apenas porque discorda de um programa onde as opiniões são emitidas de forma livre? O país onde os Tribunais decidem indemnizar um cidadão que supostamente foi preso de forma ilegal com uma quantia absurda de 400 000 euros, e o Primeiro-Ministro vem defender essa situação como se fosse advogado de defesa do cidadão, sem sequer mandar os serviços competentes recorrerem desta decisão?

Em relação a esta vergonhosa indemnização, procuramos informação sobre algum caso de alguma semelhança que aconteceu em Portugal em 2003. Um político português passou 4 meses e meio em prisão preventiva por um suposto crime, até que o Tribunal da Relação de Lisboa acabou por lhe dar razão num recurso e mandou-o em liberdade. A defesa fez um pedido de indemnização no Tribunal Cível de Lisboa, que lhe atribuiu 160 000 euros. Essa decisão foi revogada pelo Tribunal da Relação e depois pelo Supremo Tribunal de Justiça. O cidadão, não satisfeito com a decisão dos tribunais portugueses, decidiu recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Esse Tribunal acabou por condenar o Estado Português a pagar ao cidadão 68 555 euros.

Estamos a falar do Estado português, um Estado que economicamente não se pode comparar com o nosso. E aí, como se viu, foram esgotadas todas as instâncias de recurso para que o Estado não tivesse que pagar tamanha indemnização.

O Partido ADI e o seu Líder não podem continuar a abusar da confiança e da paciência do nosso povo. Tudo tem limites!

Passados quase 2 anos da tomada de posse do XVIII Governo Constitucional, muitos são os são-tomenses que, tendo acreditado e votado na solução, continuam desiludidos e muitos continuam a afirmar que foram enganados, e com toda a razão, e a solução que agora encontram é a fuga em massa do nosso país.

Em relação à greve dos médicos, o Governo não pode continuar a se vitimizar, alegando que a greve é ilegal, numa clara tentativa de virar o povo contra os médicos, aliás foi essa a mesma técnica utilizada pelo Governo aquando da greve dos professores.

A greve é um direito legítimo e constitucionalmente consagrado e tem que ser respeitada. O essencial é o Governo resolver com a maior urgência a crise de falta de medicamentos no País e de forma consistente.

Na semana passada, chegaram ao País algumas caixas de medicamentos,...

Uma voz do ADI: — Não é caixa, é lote.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ... que duram 3 ou 4 dias, numa clara situação de paliativo, mas com direito a toda a publicidade mediática e enganosa.

O Governo deve olhar para o caderno reivindicativo do Sindicato dos Médicos e assumir o compromisso de resolver os problemas do nosso Sistema de Saúde e depois analisar a questão da legalidade ou ilegalidade da greve, que ao nosso ver é totalmente legítima.

Mas, afinal, que moral tem o Primeiro-Ministro para falar de ilegalidade da greve dos médicos, quando ele é o campeão da violação das leis e da própria Constituição.

O que está em causa é a nossa saúde e a saúde do nosso povo. Não há dinheiro com o qual se consiga comparar a saúde, mas é possível com dinheiro criar as condições para salvar a vida de cada são-tomense, seja ele rico ou pobre, possa ele pegar um avião ou não.

A morte da cidadã Jamila Salvaterra, que mesmo com uma junta médica aguardou e acabou por falecer aqui no nosso país, é um exemplo do estado doentio do nosso Sistema de Saúde e da responsabilidade do actual Governo para com a vida dos são-tomenses.

Aproveitamos esta oportunidade para endereçar as nossas mais profundas e sentidas condolências aos filhos da malograda e os familiares.

Mais situações como essa devem ser evitadas no nosso país. Devemos tudo fazer para salvar a vida de qualquer cidadão, seja ele rico ou pobre, voltamos a frisar.

O Estado são-tomense tem agora o dever moral e ético de localizar e ajudar os quatro menores que ficaram abandonados com a perda da mãe.

Uma voz do ADI: — É sa kada kwa!

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD continua a aguardar pela cópia do contrato que o Governo assinou com a empresa turca que instalou cinco grupos de geradores na capital do País; o contrato de cedência por um período de 49 anos do Aeroporto Internacional Nuno Xavier, também assinado com a empresa turca, e outros documentos que nós insistentemente temos solicitado ao Governo que até agora não nos foram remetidos. Não entendemos qual é a dificuldade do Governo em facultar aos Deputados, dignos representantes do nosso povo, os contratos assinados em nome do Estado são-tomense, em clara violação de todas as leis da República. Abro aqui parenteses para voltar a frisar que tanto o contrato da EMAE como o do Aeroporto até agora não foram sequer visados pelo Tribunal de Contas e nem foram publicados no Diário da República. Portanto, algo de muito errado, não bate certo. O Estado são-tomense, em clara violação de todas as leis da República! Por isso é que podemos concluir que tudo que este Governo tem feito envolve alguma opacidade, ilegalidade e falta de transparência, mas lamentavelmente sob olhar passivo das instituições de controlo, nomeadamente o Tribunal de Contas.

Sras. Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, estamos há quase 2 anos do hediondo acontecimento que vai ficar registado na nossa história como o massacre do Quartel das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, onde quatro cidadãos foram torturados e assassinados de forma brutal e cruel.

O Sr. Honório Pontes (ADI): — Demorou muito!

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — Não podemos referir a esta monstruosidade sem voltarmos a questionar: o que se passa afinal com o famoso Tribunal Militar? Afinal é para funcionar mesmo ou é para inglês ver, para fazer zóplô d' ubué?

É imprescindível que o caso de 25 de Novembro de 2022 não fique esquecido. Não iremos esquecer dessa tragédia, assim como muitos são-tomenses, sobretudo aqueles que perderam os seus familiares. Este acto macabro não pode e nem deve ser apagado das nossas memórias, porque os criminosos continuam impunes, levando as suas vidas da melhor forma possível.

Terminamos, manifestando a nossa disponibilidade, tanto do nosso Partido como da nossa Bancada, para continuar a defender os interesses superiores do País e do povo e nunca os interesses inconfessáveis e pessoais de uns e outros.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

O Sr. Ossáquio Riôa (ADI): — Exma. Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Exmo. Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Exmo. Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Exmas. Sras. Deputadas e Exmos. Srs. Deputados, Caras e Caros São-tomenses, residentes no País e na diáspora, Excelências: Sendo a primeira reunião plenária desta 5.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura, permita-me, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, saudar a todos e desejar que esta nova Sessão Legislativa seja coroada de êxitos, para todos e cada um dos Srs. Deputados e todos os funcionários desta Casa Parlamentar.

De acordo com o Regimento da Assembleia Nacional, esta Sessão Legislativa é marcada sobretudo pelo debate, análise, discussão e votação de duas iniciativas, nomeadamente, as propostas do Orçamento Geral do Estado (OGE) e das Grandes Opções do Plano (GOP) que, com a devida justificação quanto ao cumprimento do prazo legal, deverão dar entrada em Dezembro deste ano.

Excelências, o mundo atravessa um dos momentos mais difíceis da sua história, caracterizado pela proliferação de vários focos de conflitos, com destaque para a guerra na Europa, entre a Rússia e a Ucrânia, e no Médio Oriente, o que tem contribuído para o agravamento da situação sócio-económica à escala global.

Acrescem a esta situação os problemas ligados à insegurança, à emigração e aos fenómenos naturais em várias partes do globo, que tudo indica sejam a consequência de mudanças climáticas, o que concorre directa ou indirectamente para o condicionamento das políticas do desenvolvimento dos países mais frágeis.

Sendo São Tomé e Príncipe um país com uma economia fortemente dependente das ajudas externas, a situação torna-se ainda mais difícil, exigindo de todos e de cada um uma maior responsabilidade e sentido de, lá onde estiver, dar a sua contribuição, para fazermos face à essa diversidade.

Em reposta a esta situação, o Governo do ADI deu início a uma forte investida diplomática, sobretudo diplomático-económica junto dos nossos parceiros bilaterais e multilaterais, com destaque para a realização do Fórum de Investimento, para promover o País e atrair investimentos.

É com esta dinâmica que o Grupo Parlamentar do ADI saúda o Governo, por ter chegado ao acordo técnico com o FMI, que visa abrir caminhos para um acordo de facilidade de crédito alargado, ou seja, o programa do FMI.

Excelências, passados 21 anos da última revisão constitucional e tendo essa mesma Constituição a necessidade de acompanhar a dinâmica política, económica e social, e responder a uma nova revisão dos são-tomenses, em termos de organização e funcionamento do Estado e das suas instituições, é fundamental, no decorrer desta Sessão Legislativa, darmos início aos trabalhos dessa revisão, criando bases para uma adequada e imperativa reforma nalguns sectores, mormente na Justiça e na Administração Pública.

Caras e Caros Deputados, com conhecimento profundo do país real, não obstante os constrangimentos de vária ordem, temos a assinalar e congratular com algumas realizações: acordo para o início das obras de reabilitação do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe; obras de reabilitação da Marginal 12 de Julho, visível; lançamento da primeira pedra para a eletrificação da Comunidade de Santa Adelaide, no Distrito de Mé-Zóchi, visível; programa de estágios remunerados como forma de mitigar a situação da falta de emprego jovem e dar aos mesmos uma oportunidade para melhor se qualificarem para o mercado de trabalho, visível; pagamento de salários a tempo e hora, visível, o que veio a aliviar a situação dos funcionários que devido o compromisso com os bancos estavam condenados ao pagamento constante de juros de mora, visível; estabilidade no funcionamento da energia eléctrica à população, está claro; a extensão do programa família vulnerável, visível, dentre outros.

Caras e caros são-tomenses, a forma resumida que citamos essas realizações não nos leva hastear a bandeira.

Uma voz do ADI: — Muito bem!

O Sr. Ossáquio Riôa (ADI): — Nós ainda não estamos satisfeitos, porque o nosso povo ainda não está satisfeito, por um lado, e, por outro, nós os Deputados do ADI e o Governo pugnamos pela excelência, porque o nosso povo merece o melhor.

Neste sentido, é com bastante preocupação que os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI acompanham a greve no Sector da Saúde, convocada pelo Sindicato dos Médicos.

Os Deputados do ADI reconhecem a problemática no Sector da Saúde, sobretudo a rotura no abastecimento de medicamentos e consumíveis, que não é de hoje, e todo mundo sabe disso, bem como as condições de serviços que clamam por melhorias, para a satisfação de quem trabalha e dos utentes que recorrem a esse serviço.

Neste particular, assistimos à chegada de um lote de medicamentos, visível, e com a previsão de o País receber outros lotes por via aérea ainda neste fim de semana. Por conseguinte, o Grupo Parlamentar do ADI exorta o Governo a tudo fazer para suprir as falhas no abastecimento de medicamentos e, na mesma linha, apela à classe sindical a flexibilidade no entendimento, o que beneficiará a todos nós, particularmente os que necessitam ou os que venham a necessitar dos serviços da Saúde.

Quanto aos casos de criminalidade que se tem verificado no País, gostaríamos de, uma vez mais, instar as autoridades policiais e judiciais a serem mais energéticas e terem mãos duras na resposta a essas ocorrências, com vista a desencorajar a prática desses actos e dar uma maior tranquilidade e segurança à população, uma vez que todos falamos da necessidade de desenvolvimento do turismo, e não pode haver turismo sem segurança, bem como a paz e harmonia social que nos caracteriza como são-tomenses.

Por fim, em relação àqueles que continuam a utilizar o malabarismo com o objetivo de distrair o Governo, gostaríamos de pedir às autoridades governamentais que não se deixem distrair e que se mantenham focados em tudo fazer para proporcionar aos são-tomenses vida e condições melhores.

Um bem-haja a todos, que Deus continue a abençoar São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado pela vossa amável atenção.

Aplausos do ADI.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Ossáquio Riôa, do Grupo Parlamentar do ADI.

Prosseguindo, vamos passar para intervenções políticas de interesse relevante, estando inscritos todos os Srs. e Sras. Deputadas de todos os Grupos Parlamentares e do Movimento BASTA. Só vamos aguardar a inscrição para a ordem de intervenção.

Nós temos para o efeito 60 minutos, 1 hora. Os Grupos Parlamentares e o Movimento BASTA têm também no painel a distribuição do tempo e é nessa perspectiva que aguardo a inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cílcio Santos.

O Sr. Cílcio Santos (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional e o seu staff, muito bom dia.

Caros Deputados, Srs. Ministros, pessoal técnico de assistência à Assembleia Nacional, pessoal da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Esta minha intervenção é dirigida ao Governo, tendo em conta a questão em voga, relacionada com a Saúde. Nós entendemos que é um dossier com que não se pode fazer politiquice, nem shows e nem birras.

Nós ouvimos o Sr. Ministro do Trabalho dizer que o pré-aviso de greve não cumpriu os requisitos legais. Todavia, não pode constituir empecilho para que o Governo não possa sentar com Sindicato dos Médicos e discutir a situação. Não pode inviabilizar um diálogo ameno em torno da questão. Saúde é uma coisa séria, meus irmãos!

Aplausos do MLSTP/PSD.

Gostaria de aproveitar para me solidarizar com a classe dos médicos, enfermeiros e pessoal de assistência dos hospitais, os pacientes que são o alvo de todo esse processo, os doentes, e aproveitar a deixa para também instar o Governo a ver o dossier de construção do hospital com o Fundo Kuwait. Esse dossier ficou estagnado, não sabemos de facto o que se passa, há dinheiro. Portanto, parece-me que em 2024 fecha-se o acordo e há necessidade talvez de renegociar.

Portanto, fica cá o nosso apelo em relação à saúde. Não vamos brincar com esse dossier, meus irmãos! Nós todos podemos passar por uma situação de emergência e devemos ter um hospital em condições, os médicos e enfermeiros valorizados, abastecimento de medicamentos, assistência médica e medicamentosa para todos.

É este o meu apelo, apelo da minha Bancada e creio que é o apelo de todos os são-tomenses.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Cílcio Santos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Sua Excelência, Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Mesa, Caríssimos Srs. Deputados, Excelentíssimos Srs. Ministros, Funcionários e Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Sra. Presidente da Assembleia, eu penso que os debates devem, se calhar, ser mais renhidos, porque o País se encontra numa situação bastante difícil e nós não podemos, de maneira clara, desviar o sentido daquilo que se vive no País e nem tão pouco ocultar essa realidade, para que quem não esteja no País possa ter uma imagem e uma ideia de que as coisas não estão bem. As coisas não vão bem!

Eu ouvi aqui nesta Assembleia, quando discutímos o Orçamento do Estado em 2023, um alto dirigente do Estado dizer que o País havia descarrilado em 4 anos. E eu ouvi um outro alto dirigente do Estado, no discurso da Independência Nacional, na Região Autónoma do Príncipe, dizer que o País se degradou bastante, que bateu no

fundo. E hoje eu pergunto: se em 2022, que as pessoas ainda conseguiam fazer as refeições, ainda conseguiam pagar os estudos dos seus filhos, ainda tinham algum sorriso na cara, viviam com alguma alegria, o País estava descarrilado, hoje, em que condições se encontra o País? É visível que a pobreza aumentou! Se visível está na moda, é visível!

Aplausos do MLSTP/PSD.

É visível que o povo está a sofrer! É visível que o Governo perdeu o norte. É visível que o País se encontra mergulhado numa profunda, numa maior, ou seja, ao longo da história da nossa independência, neste momento, nesses últimos tempos, o País atingiu a maior degradação possível da vida social e económica de todo povo de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Sr. Ministro, nós no Príncipe continuamos a pagar o IVA mais caro ao nível do País, três vezes mais. E eu dou-lhe um exemplo. Porquê? Porque os produtos no Príncipe são mais caros do que em São Tomé. E quando se aplica o IVA sobre o preço da venda, automaticamente, encarece mais o produto, e nós somos forçados a pagar o IVA duas ou três vezes mais do que qualquer cidadão que compra ao nível do País.

E como ainda o Governo já anunciou o atraso na entrega do projecto do Orçamento, eu acho que deve estar a concluir o processo, deveria ser uma medida correctiva para que, no próximo Orçamento, houvesse alteração do artigo do IVA, para que a nível do Príncipe houvesse esse reajuste. Tem que haver reajuste. Um produto que se compra aqui a 40, compra-se no Príncipe a 120. Se se compra aqui a 100, compra-se a 300 no Príncipe. Ora, o IVA sobre o preço do produto de facto encarece mais o produto, e o Príncipe não pode continuar a sofrer. O Governo, durante quase 2 anos de mandato, não tem um impacto visível na Região Autónoma do Príncipe. As estradas estão a se degradar bastante, o Governo Regional encontra-se de braços atados, a pobreza no Príncipe, bom, se eu disser que agravou, é favor. A pobreza no Príncipe não agravou, e toda gente sabe. Mesmo quem vai ao Príncipe só por uma semana, com subsídio e tudo, sabe como é o sofrimento, imagina quem está aí desempregado e com salário mínimo. É bastante difícil!

É preciso que haja medidas do Governo para poder corrigir. E nós não estamos a pedir muito. Estamos a pedir melhorias nas condições de vida, tal como os médicos hoje. Estão a pedir o quê? Estão a pedir melhorias nas condições de trabalho, e isto é normal.

Bom, o Príncipe saiu de isolamento para abandono. Nós entendíamos que estávamos isolados, mas hoje o impacto negativo da governação do Governo do ADI transformou o Príncipe, e o sentimento das pessoas do Príncipe é que o Príncipe se encontra em pleno abandono.

Obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

Para informar que o Sr. Deputado vai usar 4 minutos, porque tem mais dois do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Muito obrigado.

Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros da Presidência dos Assuntos Parlamentares e dos Negócios Estrangeiros, paz do Senhor!

Povo de São Tomé e Príncipe, residente no País e na diáspora, paz do Senhor!

Dirijo-me e saúdo de forma muito particular aos médicos e todos os profissionais da Saúde, sem querer me imiscuir nos assuntos da greve, mas os saúdo pela atitude. Porque é uma classe profissional que merece respeito de todos nós. O que enaltece muito mais essa atitude é que estão a pedir condições de trabalho e não melhoria salarial.

Uma voz: — Desde 75 que eles estão a ver!

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Isto só engradece a classe e merece particular atenção de quem dirige o País.

Dirijo-me de igual modo a todos os estrangeiros residentes neste país, que connosco quotidianamente se esforçam e trilham comumente a tão difícil rota do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. A estes, paz do Senhor!

Sáudo desta forma, contrariando o tradicional bom dia, porque entendo que o nosso dia, salvo raras exceções, começa mal e acaba mal, por falta de paz e tranquilidade. Por isso, a paz que desejo a todos é transversal. Porque na sua ausência dificilmente alcançaremos a almejada tranquilidade social, política, económica e financeira que tanto tarda em chegar.

Estou absolutamente convicto de que, se cada um de nós incutir na sua mente a cultura da paz, conseguiremos afrouxar as maldades que têm vindo a alastrar-se na nossa sociedade. É de todo imperativo que façamos bom uso deste precioso factor que é a paz, de modo a pelejarmos contra alguns lobos maus que infelizmente se encontram à solta, dentro e fora das nossas instituições, atormentando as nossas vidas.

É crucial que cada mulher e cada homem são-tomense deva agir no sentido de resgatarmos a unidade e a coesão que foram o atributo deste humilde povo desde a sua géneze, 1470, conforme narra a história, qualidades consolidadas em 12 de Julho de 1975 e desbaratadas, infelizmente, nas últimas décadas, em pleno século XXI.

O sintoma da frustração leva-nos a concluir que de facto nos séculos anteriores éramos felizes e não sabíamos.

Aplausos do MLSTP/PSD e do BASTA.

A este respeito, devo dizer que cada homem e cada mulher são-tomense tem a sua dose de culpa e responsabilidade pela complexa situação em que o País hoje se encontra.

Por não me considerar um homem perfeito, porque entendo que só Deus o é. Como pecador, todos somos susceptíveis de incorrer em pecados.

Da parte que me toca, está provado que os meus pecados nunca foram acima do razoável, pois, se assim fosse, de certo que eu não voltaria a ter o privilégiu de aqui estar entre vós. Ainda assim, humildemente, me penitencio pelas minhas culpas.

Por não comungar a opinião dos que dizem que São Tomé e Príncipe não tem solução ou não tem perspectiva jubilosa, quero aqui deixar bem claro, de forma solene, que não desisto e nem descansarei de altercar, para que o povo encontre a desejada paz.

Não desisto e nem descansarei, para que esta Nação reencontre a unidade e a coesão que constituíram, nos tempos idos, a sua bandeira.

Não desisto e nem descansarei, para que este povo tenha de forma regular e permanente o merecido pão nosso de cada dia.

É este o compromisso que convido, de modo geral, a todos os são-tomenses, com maior enfoque para os políticos e as respectivas organizações, a pormos um basta em determinadas contradições que têm vindo a contribuir para a descaraterização da nossa sociedade e para a notória desagregação familiar.

Daí que, fervorosamente, eu insista no objectivo de que tanto prezo, convidar a todos a pormos um basta no ódio e rancor, convidar a todos a pormos um basta na perseguição e difamação, convidar a todos a pormos um basta em intrigas e mentiras, finalmente convidar a todos a pormos um basta na fome, na miséria e na pobreza que assolam a esmagadora maioria da nossa população.

É este BASTA do qual faço parte e não outro qualquer.

É desta forma que acredito que é possível estarmos todos no mesmo lado da canoa a caminho da prosperidade. Que Deus abençoe e proteja São Tomé e Príncipe e o seu heroico povo.

Tenho dito, bem haja!

Aplausos do MLSTP/PSD e do BASTA.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino da Veiga.

O Sr. Jozino Veiga (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional e a Mesa, Caros Deputados, Srs. Ministros, Povo de São Tomé e Príncipe, especialmente os que residem na diáspora, bom dia.

Aproveito o momento que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros está cá, para pedir mais uma vez que o Governo dê uma atenção especial à nossa diáspora, sobretudo na questão das documentações.

E também para me congratular com a iniciativa que o Governo lançou do consulado itinerante, aliás, no sentido de levar até à nossa comunidade serviços capazes de dar resposta àquilo que é a nossa necessidade, que são as documentações, resolver as nossas necessidades.

Parabéns ao Governo e que continue a dar respostas significativas à nossa comunidade residente na diáspora. São muitos problemas e o Governo também já conhece, nem vale a pena estar sempre a repetir. O que nós pedimos realmente é que essas questões sejam resolvidas.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Jozino Veiga.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, bom dia.

Eu tomo a palavra para dizer que é quase impossível não se fazer a radiografia da situação do País, quando um governo ou um partido assumem a governação. E as pessoas que pretendem provar o contrário podem fazê-lo, mas o que é verdade é que o actual Governo de facto herdou o País numa situação extremamente difícil. Já dizia alguém que culpados somos quase todos, mas também não somos todos. Na verdade a situação do País era extremamente difícil.

Dizer que hoje estamos bem, está tudo bem, também não é verdade, porque na verdade recuperar um país que quase roçou no fundo, não será, obviamente, de um dia para outro.

Para as pessoas que ainda acham que o País estava bem, eu fico com uma certa preocupação, ou estamos em países diferentes. Podemos até ter visões diferentes, mas estamos no mesmo país. Por exemplo, se nós olharmos para a questão de infra-estruturas rodoviárias em São Tomé e Príncipe, nós podemos dar-nos ao luxo de dizer que estamos bem, que o actual Governo não encontrou de facto o País numa situação difícil?

A nível do fornecimento da energia eléctrica à população, estávamos bem? Hoje estamos 100% bem? Claro que não. Mas também não estávamos bem. Estábamos muito pior do que estamos hoje.

A situação de insegurança, estávamos bem? Não estávamos. Hoje não estamos também muito bem, e nós reconhecemos que de facto há necessidade de se trabalhar para melhorar. O pior é não reconhecermos.

Se nós olharmos para a situação da Saúde, convenhamos! É verdade que há um certo receio de as pessoas falarem dos médicos, da Saúde, mas vamos colocar o dedo na ferida. Quantos memorandos o actual sindicato não assinou com o governo anterior? Quantos? Eu perdi a memória, se calhar, 10, 15, 20, mas nunca saiu do papel. Se tivesse saído, hoje os médicos estariam, se calhar, a reivindicar outras coisas, se calhar apenas a questão da reposição do stock de medicamentos. Ok, estamos de acordo, e consumíveis precisamos sempre, mas condições de trabalho não é reivindicação de hoje. Claro que não! Se nós colocarmos o dedo na ferida, colocarmos a mão na consciência, o que é que nós fizemos de facto? De facto estamos num país onde a situação está difícil, mas também não esteve bem quando este Governo o encontrou.

Quando os sindicatos fazem greve, assinam o memorando de entendimento e é preciso trabalhar para ir corrigindo as coisas. Mas o que é que aconteceu?

Nos 4 anos passados, temos que falar a verdade, assinou-se vários memorandos que não saíram do papel. Condições de trabalho, nada, infra-estruturas hospitalares, questão de segurança no Sector da Saúde. Eu recordo-me bem que nós dissemos, que os médicos, ao cuidarem da saúde das pessoas, não podem ter a sua própria saúde em risco. Foi dito isso na legislatura passada. Mas se melhorou? Acho que não! Então, o que nós temos que fazer é trabalhar para melhorar as coisas. Isto é o que eu acho que todos nós devemos fazer, quer os profissionais de Saúde, quer o Governo, quer a população de uma forma geral, contribuirmos mais, e é isso que temos que fazer para melhorar as coisas.

Eu volto a dizer, em relação à questão dos médicos, eu não vim cá para responder a ninguém e nem posso fazer isso, mas o facto de nós dizermos que há procedimentos que não foram correctos não significa que não se pode melhorar as condições das pessoas, ou da Saúde. Tem-se que melhorar, mas se houver de facto procedimentos não correctos, é preciso chamar à atenção, para nós melhorarmos e avançarmos com procedimentos mais correctos. Não é pecado nenhum dizer que não houve procedimento correcto e que era preciso melhorar. Eu acho que o que nós temos que fazer é trabalhar para melhorarmos as condições da Saúde.

Há aqui um aspecto que eu não posso deixar de referir, que tem a ver com alguns ganhos que nós temos estado a conseguir. É verdade que nós precisamos preparar o País melhor para isso. Tem a ver com o serviço público integrado. De facto é uma iniciativa que o Governo tem estado a levar a cabo, e eu gostaria de congratular-me com o Governo neste sentido, porque de facto os nossos cidadãos queixam-se muito, sobretudo os que residem nos distritos longínquos e que têm dificuldade em deslocar-se para a Cidade Capital, para tratar dos documentos. Que esses serviços públicos integrados sejam um serviço em que as pessoas estejam motivadas, preparadas e disponíveis para ajudar os cidadãos a encontrarem alguns dos seus serviços melhorados.

Eu termino por aqui, muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do ADI.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI.

Tem a palavra o Sr. Deputado Elálcio da Marta.

O Sr. Elálcio da Marta (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, todo o Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia. Especial saudação aos que residem na diáspora.

Excelências, escutei atentamente a intervenção de um dos Deputados que passou por cá. Ao invés de defender o interesse do povo, aquilo que eu me apercebi é que ele andou a defender as acções dos seus amigos, ou do seu amigo ministro.

Excelências, vivemos hoje num país em que toda a população está cansada das mentiras e promessas falsas deste Governo, liderado pelo Primeiro-Ministro Patrice Trovoada.

Antes da minha explanação, Excelências, eu gostaria de falar sobre os doentes de junta médica em Portugal. Temos um Primeiro-Ministro que está em constante turismo, passando sempre por Portugal, país onde temos a maior comunidade são-tomense e onde todos nós sabemos que é a casa de refúgio e repouso do Sr. Primeiro-Ministro, mas os doentes de junta médica têm dormido na rua. Esta é a prova visível. E o Governo do ADI e de Patrice Trovoada há 17 meses que não tem pago subsídios aos doentes de junta médica, visível. Para quem tem contacto em Portugal pode ligar para qualquer familiar, para ter a prova.

Sr. Primeiro-Ministro, respeite o povo!

Eu gostaria também de dizer que tive razão, quando havia dito que o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, o Sr. Lúcio Magalhães, havia juntado com o Patrice Trovoada e hoje perdeu o rumo e o povo deu-me razão.

Sr. Ministro, como é que se explica...

Sra. Presidente, desculpe, há sempre cortes, não sei o que se passa!

Murmúrios.

Eu estou a falar e estou a perceber cortes e cortes, mas vou continuar.

Sr. Ministro, gostaria de dizer que eu tinha razão, quando havia dito que o Sr. Ministro da Presidência, Lúcio Magalhães, juntou-se com Patrice Trovoada e hoje perdeu o rumo. O povo deu-me razão.

Sr. Ministro, como é possível que o 3.º classificado num concurso para Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas seja empossado em detrimento do 1.º? Isso foi a prova clara do de que o clientelismo político hoje em São Tomé é uma realidade.

Sras. e Srs. Deputados, como é que se explica que para um concurso público para a compra de combustível, o Primeiro-Ministro crie uma empresa falsa, visível, o comprovativo com uma factura falsa, também visível, impondo o Ministro das Finanças para pressionar que a sua factura seja prioridade!?

Sr. Ministro, é ou não é corrupção activa?

O povo escutou Patrice Trovoada, numa das suas entrevistas, falar de mudança da Constituição. Mudança da Constituição? E disse ainda que o Sistema Presidencialista irá melhorar a vida da população. Alguma vez, o Presidencialismo muda a vida do povo? Ou é para mudar a sua vida pessoal? Há 20 anos que o Primeiro-Ministro Patrice Trovoada tem governado este país e hoje a solução errada vem falar de sistema presidencialista? Sejamos claros, meus senhores! Eu fico por aqui.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Elákcio da Marta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Infelizmente estamos pressionados pelo tempo e os caros colegas da Bancada do ADI, democraticamente, não costumam ceder mais tempo à oposição....

O Sr. Elísio Teixeira (ADI): — Sem chance!

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — São situações com que temos que aprender a conviver.

Vou tentar ser o mais sintético possível.

Sr. Ministro da Presidência, como é que o senhor se sente, sendo jurista, homem de lei, a conviver e a participar de um governo que, sistematicamente, desrespeita às leis da República?

Eu vou falar concretamente da questão do Orçamento Geral do Estado. Eu abordei esta questão na sessão passada, o Sr. Ministro ficou de ver isso, para trazer uma resposta, mas a coisa não avançou. A Lei SAFE, Lei 3/2007, obriga a que o Governo preste periodicamente informação à Assembleia Nacional sobre a execução orçamental. O seu artigo 36.º é claro de que o Governo deve prestar informações trimestrais sobre a execução do OGE à Assembleia Nacional até 30 dias depois de vencido o trimestre, devendo o relatório ser publicado no Diário da República. Estamos em Novembro, devíamos estar a receber o relatório trimestral de Setembro, mas até hoje, Novembro de 2024, a Assembleia Nacional não recebeu nenhum relatório de execução orçamental, quando a Lei obriga a que essa informação seja prestada periódica e trimestralmente. Esta mesma Lei SAFE determina que o Orçamento deve ser entregue até 31 de Outubro de cada ano. Portanto, devia ser entregue ontem. E uma vez mais, pelo segundo ano consecutivo, o Governo remete uma nota à Assembleia Nacional, informando que vai adiar a entrega desse orçamento até ao final do ano ou antes do final do ano, porque está em causa a questão do acordo com o FMI. Agora, o que me espanta é isso! No ano passado, a desculpa foi a mesma, depois não houve acordo, entregou-se o Orçamento, e eu lembro-me que o Sr. Primeiro-Ministro, a partir deste púlpito, disse claramente que, com ou sem o FMI, o País tem que avançar. «O FMI é o FMI e nós somos nós». E agora vêm com a mesma desculpa, dizendo que não vão entregar o Orçamento em 31 de Outubro, porque estão à espera do FMI. Eu na altura até disse, o Primeiro-Ministro está a falar grosso, tem soluções, encontrou alternativas, não precisa do FMI para nada. Mas afinal, não.

E outra questão, a desculpa que deram na altura foi que o FMI estava a impor requisitos muito intoleráveis para o povo e que não havia forma de o Governo aceitar. E agora nós ouvimos o comunicado do FMI, o que diz é que esse acordo renovado de nível técnico está sujeito à aprovação do Conselho de Administração, depende da implementação das acções previas acordadas e a confirmação atempada das necessárias garantias de financiamento por parte dos parceiros de desenvolvimento do País.

Sr. Ministro, nós temos condições de cumprir esses requisitos? E quais são essas acções previas que foram acordadas? Consegue dizer-nos aqui quais são os sacrifícios que este povo vai fazer? Nós conseguimos anotar já dois: o Governo aprovou no último Conselho de Ministros a subida da taxa contributiva de 10% para 12%. Vai significar, objectivamente, que todos os funcionários vão passar a receber menos 2% do seu salário, que vai ser canalizado para a Segurança Social. A vida já está cara, a inflação está a subir e vão tirar ainda mais 2% de todos os funcionários públicos!

Murmúrios.

Uma voz do ADI: — 1%.

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — Depois, em segundo lugar, a questão do combustível. Parece que aquilo que era um ponto limite do Governo já foi aceite. O comunicado do FMI diz claramente: «para impedir os subsídios implícitos aos combustíveis e conter os riscos orçamentais, as autoridades irão aplicar o mecanismo de ajustamento

automático dos preços dos combustíveis de forma efectivamente automática e numa base mensal». Quer dizer que a partir de Janeiro os combustíveis vão subir ou descer mensalmente, consoante os preços internacionais. Afinal, era ou não um ponto limite? O Governo cedeu ou não? Volto a frisar: quais são as acções prévias contratualizadas com o FMI? O Governo está em condições de cumprir-las, para que o acordo seja confirmado e aprovado pelo borde do FMI?

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro.

Como podemos notar a intervenção do Sr. Deputado Wuando Castro não teve cortes, o nosso sistema de microfone é sensível. Quando nós berramos, ele vai cortando.

Risos.

Mas é verdade, portanto, se formos falando assim de forma moderada e calma, não há cortes.

Murmúrios.

Eu aqui vou corrigir o que disse. Está aqui a dizer-me o Sr. Deputado Guilherme Octaviano que não se diz «berrar». Não se pode falar alto ao pé do microfone.

Muito obrigada pela correcção, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino de Jesus.

O Sr. **Laudino de Jesus** (ADI): — Sra. Presidente, Caras e Caros Deputados, Srs. Ministros, Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora, Sr. Técnicos da Comunicação Social, desta Casa Parlamentar e de outros órgãos da Comunicação Social Estatal, bom dia.

Venho apenas fazer menção às informações que são postas a circular. Nós sabemos que na rede social tudo vale, mas nós temos a oportunidade de estar aqui neste púlpito, enquanto representantes do povo, para levar a verdade e esclarecer aquilo que pode pairar na cabeça dos consumidores das informações das redes sociais, que possam constituir dúvida.

Coincidentemente, o Deputado que me antecedeu se referiu ao assunto que eu vou abordar. É mera coincidência. É relativamente à taxa do INSS que ficou decidido, no último Conselho de Ministros. Nós sabemos que, de tudo o que possam falar, este Governo está preocupado com a nossa gente, está preocupado com os nossos mais velhos, que já deram a sua contribuição. Somos nós, hoje, a força viva que temos que contribuir para dar sustento aos que já deram de si para esta terra, já muito fizeram e estão à espera de algum para viver o resto da sua vida.

Temos que realçar a decisão do aumento da pensão mínima para 1200 dobras. Portanto, não é nada, nós sabemos, mas o que se pratica até hoje é pior. E para que isso aconteça é preciso actualizar, é preciso ir buscar de algum lugar. Nada cai do céu, a não ser chuva. Mesmo a chuva não cai quando a gente quer, mas sim quando Deus quer. Então, nós temos que arranjar uma forma, o Governo enquanto está a governar tem que encontrar soluções, tem que encontrar a forma de satisfazer, atender as necessidades de toda a gente.

Esta contribuição mínima, portanto, a actualização da taxa de 10% para 12%, não é novidade para ninguém. Já houve proposta de 14%. Já houve proposta do governo anterior para 14%. E aqui se decidiu 12%. Na economia, tem-se que tirar de um lado para pôr no outro.

Não quero responder directamente ao Deputado que me antecedeu, que disse aqui que se está a empobrecer mais a nossa população, não, mas nós temos que contribuir. A força viva tem que contribuir para os que já trabalharam, não há outra forma.

E depois, nesta esteira, eu também gostaria de aproveitar este momento aqui neste púlpito para esclarecer a todo o povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora, de que o que se está a propagar nas redes sociais ainda relativamente à aplicação da taxa, de que o Governo está a taxar a igreja, não é verdade. A igreja sempre pagou a contribuição para o seu staff. Nós sabemos que a igreja não é só o padre. Temos o pessoal do secretariado, guardas, jardineiros, encarregados de limpeza e essas pessoas também têm que contribuir.

O Governo, para as confissões religiosas e os partidos políticos, que não têm fins lucrativos, manteve os 10%, que é o que se vem praticando. Para as empresas, 12%. É apenas uma actualização. Nós não podemos parar no tempo, indo fazendo as coisas como nós fazímos. Portanto, está tudo muito bem. O Governo, enquanto está a governar, qualquer governo, quando vê a necessidade de actualizar as taxas para responder às necessidades, o faz.

Portanto, é isso que eu gostaria de esclarecer ao povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora. E para não consumir muito aquilo que circula nas redes sociais, porque muitos são aproveitamentos políticos.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Laudino de Jesus.

Tem a palavra a Sra. Deputada Izilda Domingos.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Ministros, Excelências, Srs. «Depotados» e «Depotadas».

Risos gerais.

Eu vim, em nome do povo e em nome das *palaiês* do mercado de Bobô Fôrro.

Eu não vim falar contra a greve, mas dizer aos médicos que eles estão a servir a Deus. Deus no céu, médicos na terra. E eu falo sobre a greve, porque há 26 anos eu ia morrendo. Havia greve no hospital, fui dar à luz ao meu filho e fiz o parto sozinha. Muitos bebés morreram naquela altura. Eu quase morria também, mas Deus é maior e poderoso, enviou alguém que me ajudou, e hoje eu estou viva.

Eu quero pedir aos médicos que eles façam tudo com amor. Greve é dever e direito de um cidadão, mas eles exercem uma área muito forte e com muito amor, para que eles tenham mais amor com este povo.

Também vim falar sobre a governação anterior.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Fale sobre a actual.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Governo anterior. Quando o governo anterior tomou o poder, havia muita carne no País. Havia «pocilga de porco» em Água Izé e o povo comprava a carne mais barata. Foi deixada pelo Governo do Dr. Patrice Trovoada. O que é que aconteceu? Comeram a banana e a carne toda e, assim que perderam as eleições, destruíram a «*capoeira de porco*».

Risos gerais.

E também vim falar sobre a banana. Havia muita banana, banana pão e banana prata. A banana assada vendia a 5 dobras na praça. E eles são tão azarados que a banana «terminou». Mas pela graça de Deus, eu vim agradecer o Governo actual, porque o preço da banana pão já está a «rear», o preço já está bom.

E também vim agradecer o Governo pela hortaliça, produtos que já estão a «rear», com preço bom.

E também vim dizer que eu fui ao Príncipe há 1 mês, e o Príncipe só tem coisas caras, porque eles têm que discutir a política do Príncipe. O Príncipe tem uma lei. Se o óleo custa 80 dobras, tem que ser vendido a 80 dobras. Isso não é problema de nenhum governo. São os negociantes que têm que entrar em acordo, para que as coisas possam «rear» no Príncipe.

Aplausos do ADI.

E também vim agradecer o Governo, por tudo quanto tem estado a fazer por este país, todo o trabalhado feito, energia estável.

Vozes do ADI: — Muito bem!

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — E lembrar daqueles que estão na escuridão desde 1975. Por isso, lançou-se pedra para levar energia a essas pessoas. Que deus abençoe e que esse caminho seja iluminado!

E também vim agradecer os políticos do MLSTP/PSD. Eles são muito bons na política, mas também eles só ganham o poder se ganharem o concurso de destruir o País. Não sabem construir, mas sabem destruir. São bons na destruição, são bons mentirosos, bons sabotadores. *Mas Deus abençoa e ilumina o caminho deles*, para que eles conheçam a verdade.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Izilda Domingos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Colegas Deputados, Srs. Ministros, São Tomé e Príncipe, aqui e fora daqui, bom dia.

Vou tentar ser o mais rápido possível, mas mesmo assim faço o pedido de 1 minuto à Bancada do ADI.

Murmúrios do ADI.

É para facilitar. Vim aqui para ajudar, não vim para destruir.

A minha preocupação tem a ver com a execução das obras de requalificação da estrada da Marginal 12 de Julho. Pude assistir recentemente a um acidente que ocorreu naquela estrada e quero sinceramente pedir, e estou cansado de falar sobre isso. A *ka loga nguê subli po, a na ka log'e decê fa*. Governo, faça alguma coisa por aquela estrada, principalmente no percurso de acesso ao Hospital. Estamos a ver o problema que está na Saúde, provavelmente poderemos vir a assistir a um caos generalizado com a questão de segurança e a saúde das pessoas. Não vamos complicar mais ainda com a segurança na circulação das pessoas! Reduziu-se a largura no tráfego de pessoas e viaturas, há um plano de mobilidade para aquele troço todo que foi estudado. Por que é que não se implementa esse plano? Quer-se complicar mais a vida dos são-tomenses também com essas obras, cuja solução está estudada e deve ser implementada, como tal? Vim aqui exigir, se possível, que se encontre uma forma correcta de facilitar a circulação de pessoas e bens naquele percurso.

A minha preocupação também é com relação às obras de construção da ponte sobre o Rio Lembá, cujo financiamento já está disponível e mesmo assim não se faz absolutamente nada.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Membros da Mesa, Caras e Caros Colegas Deputados, Srs. Ministros, Povo de São Tomé e Príncipe, dentro e fora do Território Nacional, bom dia.

Peço a palavra neste período, para poder apelar ao Governo sobre algumas obras que foram adjudicadas no Distrito de Caué, e não só, também em Cantagalo, falo principalmente da comunidade de Angra Toldo Cavalete. Em princípio era para se construir um Jardim, mas o matagal é que está a tomar conta daquele edifício que teve custos para o Estado são-tomense.

Ao nível da obra do Jardim de Angolares, começou-se uma pequena obra para a reabilitação da casa de banho e até hoje aquela obra se encontra numa situação... cerca de quatro crianças, segundo a informação que tenho, tiveram problemas, uma com problema grave de queda, outras com problemas ligeiros. Venho como mãe, tia, avó, como cidadã deste Território Nacional, estou aqui até hoje, porque gosto deste país.

Quero apelar ao Governo para poder fazer um levantamento, não só ao nível de Caué, mas Cantagalo também, de todas as obras que foram adjudicadas que até hoje não acabaram, e responsabilizar as empresas e as pessoas. Não podemos continuar neste país da forma que está, cada um sem condições sem nada concorre para ganhar alguma obra e depois a obra fica parada!

O meu apelo, Srs. Ministros, é que façam alguma coisa para ver as empresas! Abram concursos públicos, vejam as condições das empresas que vão concorrer, porque muitas vezes as propostas são apresentadas com mão de algumas pessoas dentro da instituição por onde os concursos públicos passam. Então, há que se fazer uma travagem total daquilo que é a impunidade que tem estado a acontecer no nosso país! Há muita impunidade neste Território Nacional!

Já tenho meio século de idade e aquilo que continuo a ver até hoje, digo, até quando meu País? Até quando São Tomé e Príncipe? Até quando vamos continuar com essas impunidades?

Por isso, o apelo que quero aqui mais uma vez deixar é que se faça alguma coisa para travar esses abusos daquelas empresas fantasmagóricas. Que terminem aquela obra, o mal já aconteceu, as crianças não podem pagar pelos males de algumas pessoas com idoneidade, nem os profissionais do serviço podem pagar pelos erros dos outros. Vejam o que podem fazer por aquele Jardim.

Começou-se a reabilitação da Escola Secundária de Angolares, o Povo de Caué agradece. Em Ribeira Peixe e em Porto Alegre, apelamos que as empresas acelerem o processo, porque os dias vão passando. Como sabem, ao nível de Caué, as aulas ainda não iniciaram. Então, há a necessidade de as empresas se esforçarem.

Ouvimos, na Comunicação Social, colocarem a questão da chuva, mas quando há chuva procurem outro espaço para poderem trabalhar. E nem sempre há chuva 24 sobre 24 horas. Há necessidade de acelerarmos, de forma que as nossas crianças não fiquem prejudicadas, por causa da irresponsabilidade de alguns cidadãos deste país.

Obrigada pela vossa atenção.

A Sra. Presidente: — O Sr. Deputado Elálcio está a pedir a palavra, evocando o artigo 99º, ponto 2, cuja epígrafe é «Invocação do Regimento e perguntas à Mesa». O ponto 2 diz o seguinte: «Os Deputados podem interpellar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos». É nesta perspectiva que vou passar a palavra ao Sr. Deputado Elálcio da Marta.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente, por me ter concedido a palavra. É mesmo assim, cumprir o Regimento.

Sra. Presidente, pedi interpelação à Mesa, para dizer que enquanto estava no uso da palavra, apercebi-me que estava sempre a ser interrompido, e a Sra. Presidente disse que estava a falar muito alto, que estava a berrar.

Gostaria de perguntar agora, a Sra. Presidente, como é que durante a intervenção da Sra. Deputada Ana (Izilda Domingos) não houve corte.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Houve cortes!

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Eu estava na Sala, acompanhei do princípio ao fim, não houve corte!

Murmúrios do ADI.

Sra. Presidente, para o bom funcionamento da Casa Parlamentar, os direitos devem ser iguais.

Outra questão que eu gostaria de apresentar à Mesa, é que quando é o deputado de outra Bancada que intervém, a Sra. Presidente sente-se ofendida, diferente da Deputada Ana (Izilda Domingos) que falou do MLSTP/PSD. Para dizer à Deputada Ana que o MLSTP/PSD é um Partido responsável.

A Sra. Presidente: — Para informar ao Sr. Deputado Elálcio de que a informação que passei a esta Magna Assembleia foi informação tida pelos técnicos desta Casa Parlamentar, e quando a Sra. Deputada Izilda fez a sua intervenção, também houve os mesmos cortes. Como sabe, a Mesa não manuseia os equipamentos.

Com relação a que fico ofendida ou não, o Sr. Deputado deve estar a brincar, só pode ser! Em momento nenhum fiquei ofendida com uma ou outra intervenção. O senhor está no quadro certo, no lugar certo, usando o púlpito da

Assembleia Nacional e, enquanto Deputado, faz as suas intervenções. Não concordo que diga que eu me sinto ofendida. Pelo amor de Deus!

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Caros Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe e especialmente Povo do Príncipe, muito bom dia.

Tomo a palavra para falar um pouco sobre o Príncipe. Com certeza que este Governo tem trabalhado bastante, temos notado bastante melhorias em relação à Região Autónoma do Príncipe, mas quero também aqui dizer que para falar do Príncipe precisa viver na Região Autónoma do Príncipe. Não pode ir lá passear e vir falar da Região Autónoma do Príncipe! Quem fala do Príncipe é quem reside na Região Autónoma do Príncipe, é quem tem um conhecimento profundo sobre as coisas que se passam na Região Autónoma do Príncipe. Aproveito para avisar a todos que queiram falar sobre a Região Autónoma do Príncipe que coloquem de lado esse estereótipo de que a população do Príncipe passa o tempo a reclamar. Isto não é verdade! Quando forem viver na Região Autónoma do Príncipe terão toda autoridade para falar da Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — É visível!

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Contudo, após muito esforço do Governo, continuamos com dificuldades na ligação entre as Ilhas. Há duas companhias, mas com preços exorbitantes. Continuamos com dificuldades na evacuação médica, continuamos a ter custos incompatíveis pelo Governo Regional na evacuação médica.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Nem se consegue medir a hemoglobina. Estávamos a perder um cidadão, meu amigo...

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Alguém aqui falou, deveria ter ido ao mercado, já que está no negócio das hortaliças e produtos de primeira necessidade. Deveria ter ido ao mercado! Continuamos a comprar um tomate a 20 dobras, um ovo a 15 dobras...

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Srs. Deputados, estejam quietos!

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — ... e continuamos com infra-estruturas bastante degradadas, principalmente estradas e alguns edifícios públicos. Quero aqui pedir ao Governo que não oiça quem quer falar sobre o Príncipe, sem conhecimento de causa.

Sei que o Governo visita muitas vezes a Região Autónoma do Príncipe, através dos ministros, o próprio Primeiro-Ministro e continua a envidar todos os esforços, de forma que a população do Príncipe possa sentir que há melhorias com este Governo, porque este Governo realmente tem vontade e quer ajudar a Região Autónoma do Príncipe.

A Sra. **Presidente**: — Sabemos que este momento não é de debate. Enquanto Deputada ou Deputado da Nação, lá onde estiver, se constatar algo, este púlpito é o lugar próprio para apresentar ou dizer. Estamos no período de intervenções políticas de interesse relevante. Pese embora quem esteja no local saiba mais, se quem foi de fora constatou é porque alguma coisa existe. Portanto, vivendo lá ou não, é uma parcela do Território Nacional, qualquer deputado pode falar acerca dele.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lourenço Freitas.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — Exma. Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Digníssimos Ministros cá presentes, Companheiros Deputados, todo São Tomé e Príncipe e também a diáspora, bom dia e quero saudar com a bendita paz do nosso Senhor Jesus Cristo.

Tornou-se mania vir a esse púlpito falar da paz, mas quero aqui dizer que para que falemos da paz precisamos de cultivar o espírito de paz, porque a pessoa que não semeia a paz não pode aguardar colher a paz. E ainda quero dizer que São Tomé e Príncipe é um país de paz e tranquilidade, um exemplo de paz para todo mundo, e não fica bem que em todas as sessões a gente venha aqui falar de paz, como se fosse um país que vive em guerra. E graças à paz e tranquilidade em que vivemos, algumas pessoas ainda têm a oportunidade de estar cá à frente a falar de certas coisas, sendo bastante hipócritas nas suas abordagens, sem ter feito uma auto avaliação dos seus feitos desde 1975 até 2024.

Eu posso falar de paz, porque sou homem de paz, semeio a paz e sei que mereço colher a paz.

Então, vamos deixar de propagar uma falsa imagem de São Tomé e Príncipe, porque isso não significa o nosso país, muito pelo contrário. As pessoas que pretendem cá vir investir, estando nós, como filhos da terra, dizendo que o País não desfruta de paz, isso não significa o País em nada.

Falando da greve dos médicos, quero aqui deixar uma mensagem aos médicos de que nós os Deputados da Bancada Parlamentar do ADI estamos bastante solidários para com os médicos. Apelamos aos mesmos que tenham paciência e que o Governo tudo está a fazer para que haja dias melhores, melhores condições de trabalho, porque isso não será apenas para os médicos ou seus filhos, mas para todo São Tomé e Príncipe.

Sendo assim, é preciso ter paciência, porque não é possível em menos de 2 anos resolver tudo, mas temos sinais de melhoria e temos muitas outras coisas em carteira para que São Tomé e Príncipe possa vir a conhecer dias melhores.

Quanto à diáspora, no mês de Setembro, um grupo de jornalistas foi a Luanda e teve contacto com alguns elementos da comunidade, que deixaram uma falsa impressão. Algumas pessoas tiraram ilações do seu jeito, dizendo que o Governo prometeu enviar transporte para repatriamento das pessoas que estão interessadas em regressar. Isso não corresponde à verdade! Na explanação do Cônsul da Embaixada, ele apenas mencionou que existem muitas pessoas interessadas em regressar, mas o Governo em momento algum afirmou que vai enviar transporte para que aquelas pessoas possam vir. Não é que isso não esteja a ser estudado, está ao ser estudado, porque mesmo como Deputado representante da diáspora do Círculo de África, já fiz vários apelos ao Governo e até na Comissão de que faço parte deixei documento que fala sobre a necessidade de repatriar algumas pessoas ou milhares que pretendem regressar. Mas são coisas que têm que ser estudadas em vários pontos, porque não se pode repatriar pessoas e depois não ter onde elas trabalhar e ter algumas condições criadas para os mesmos. Frisei esse assunto aqui, para que as pessoas não alimentem uma falsa esperança, como alguns têm estado a tirar proveito da situação, dizendo que o Governo prometeu, quando não prometeu.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos e São Tomé e Príncipe!

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados desta Casa Parlamentar, Srs. Técnicos da Comunicação Social, todos os Funcionários da Casa Parlamentar, as minhas saudações e essas saudações são extensivas a toda a população sãotomense e as residentes na diáspora.

Venho a este púlpito em nome do Grupo Parlamentar do ADI e em particular dos Deputados do Distrito de Mé-Zóchi, para enviar uma saudação muito especial à equipa de Monte Café, Agro-Sport, por ter vencido o Campeonato Nacional. Foi preciso algum trabalho, mas conseguiram. As nossas saudações.

Aplausos do ADI.

Gostaria também de enviar uma saudação muito especial aos Operários da Região Autónoma do Príncipe, por terem vencido a taça.

Aplausos do ADI e do Deputado Conceição Moreno (MLSTP/PSD).

Murmúrios gerais.

Gostaria também de felicitar o Governo pela inauguração do Centro de Serviços Públicos Integrados no Distrito de Mé-Zóchi.

Aplausos do ADI.

Devo dizer que é visível, está visível!

Risos.

Tem havido muitas reclamações das populações, nas comunidades. Durante as férias, fui andando nas comunidades e recolhi muitos comentários com relação às matrículas, meios para tratar dos documentos, houve muitas preocupações, muitas queixas, daí que quando tomei conhecimento da inauguração daquele centro, sinceramente que pessoalmente senti-me aliviada e satisfeita. Daí, as minhas felicitações ao Governo, que continue a ter essas acções visíveis para que todos vejam.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Vamos lá demonstrar na prática!

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — É isso que o povo está à espera.

Muito obrigada a todos.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Sras. da Comunicação Social que fazem possível a transmissão das nossas comunicações para o País, funcionários aqui presentes e pessoas de São Tomé e Príncipe que nos acompanham, as minhas saudações.

Sra. Presidente, permita-me a indulgência de um tempinho para evocar um particular que tem a ver com as nossas comunicações na língua portuguesa e particularmente aquilo que foi visto aqui pela Sra. Deputada Ana e que tem sido alvo de alguma provocação, algum mal entendido dos outros deputados e deputadas, o que acho incorrecto. A língua portuguesa, que é a nossa língua oficial, não é a única forma de comunicação que temos no nosso País.

Comunicamos de forma diferente e não há uma medida taxativa que imponha uma certa regra de comunicação aqui, de impedimento para quem não fala correctamente o português. Portanto, não é correcto que os deputados e as deputadas, na sua posição de comunicação ao País, sejam xingados pelos próprios colegas aqui dentro. Ou que se abra a possibilidade de essas senhoras e esses senhores falarem outras línguas nossas, para que a comunicação flua, sem limitações. Não podemos continuar desta maneira, porque somos um país bastante heterogéneo, nessa perspectiva de comunicação linguística.

Murmúrios.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Tempo!

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Não, eu pedi uma indulgência, Sr. Deputado, para pontuar isto em particular.

Portanto, a minha solidariedade para com a Sra. Deputada Ana e outros deputados que eventualmente tenham cometido gafes na língua portuguesa, porque é injusto! Eu vejo muita gente que estudou em Portugal e vem aqui dar pontapés no português...

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Português não, na língua portuguesa!

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — ... na língua portuguesa, língua de Camões.

Risos.

Eu tenho cá dois colegas, o Deputado Sólito e o Deputado Hélio, nós formos para Cuba ainda crianças, com 6.^a, 7.^a classes, e nós não estudamos o português. Estudamos desde então o espanhol, e damos também pontapés na língua portuguesa.

Portanto, Sra. Presidente, fica este pormenor à nossa Assembleia, e esta sessão é legítima, mas tem esta minha solidariedade para com todas as Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Já acabou a indulgência, agora pode contar o tempo!

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Eu gostaria de expressar também a minha solidariedade para com os médicos e pedir que continuem a se esforçar para servirem melhor a população sâo-tomense.

Eu venho cá especificamente, nesse 1 minuto que me resta, e tomo este poder, entre aspas, dos sâo-tomenses, para manifestar neste púlpito solidariedade para com o povo espanhol, pela desgraça da intempérie da chuva que abateu sobre aquele território, com consequências muito desastrosas, consequência eventualmente das mudanças climáticas. Nós devemos transmitir essa solidariedade, por ser um povo e um país que tem estado connosco em várias oportunidades, tem estado a cooperar connosco ao longo de muito tempo e tem sido um dos parceiros activos de São Tomé e Príncipe. E nós, enquanto ilhas vulneráveis a mudanças climáticas, já sofremos isso aqui até há bem pouco tempo, e lamentavelmente faltou solidariedade, inclusive do nosso próprio povo, para com as localidades em que essas devastações foram mais incisivas. Falo de Bombaim, da Zona Norte, Ribeira Funda, enfim! Nós temos que transmitir sempre este espírito de solidariedade para com aquelas pessoas que sofrem essas intempéries.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

Na primeira parte da sua solidariedade, quero juntar-me a si também. É verdade que não devemos ignorar, nem estigmatizar alguém pela sua forma de pronúncia ou a sua forma de comunicar, porque o que devemos recolher ou tirar do bom da pessoa é a mensagem que ela passa. Nós sabemos que todos nós não temos o mesmo nível de escolaridade e é verdade que nós também devemos ir aperfeiçoando, mas quando alguém se dirige a nós, devemos escutar o que tem a dizer e não a ignorar, pela sua forma de expressar.

Portanto, muito obrigada, Sr. Deputado, por este reparo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Caras e Caros Sâo-tomenses, bom dia.

O meu assunto de interesse relevante é tão vasto que até tenho alguma dificuldade por onde começar.

O meu apelo é, em primeiro lugar, para todos os Deputados cá na Sala, os do poder, os meus companheiros do ADI, bem como os colegas Deputados da oposição.

Há um São Tomé e Príncipe, país de todos nós, um país com uma população linda, um país maravilhoso e abençoado que requer de nós uma análise profunda, o reconhecimento da situação actual e os ensejos que todos temos no coração de ver um país melhor. Aqui obriga a que todos e cada um possa dar o seu contributo, e é verdade que nós todos, cada um, vai puxando a brasa para a sua sardinha, do ponto de vista de posicionamento do partido político. Contudo, há uma Nação e há um povo que espera de nós melhores resultados. Temos que reconhecer que a situação não está como todos gostaríamos que estivesse, mas cruzar o braço também, não deve ser. Existem algumas coisas que podemos fazer e sem dinheiro!

Desculpe, não é resposta a nenhuma comunicação, mas o Sr. Deputado ex-Presidente da Assembleia, Delfim Neves, falou da questão de paz. Não vim responder, mas eu só estou a tomar como deixa. Há necessidade de criação da paz social e tendo um país maioritariamente cristão, 95% por aí, talvez uns 2% ateus e outros de outra religião não cristã, mas, tomando como referência 95%, eu penso que nós podíamos estar melhor em termos de relacionamento uns com os outros. Onde é que eu quero chegar? Primeiro, tranquilizar todos os sãotomenses e ouvintes da Rádio Jubilar, que a Rádio Jubilar não será fechada. O Governo não pretende fechar a Rádio Jubilar. Eu sou defensor da Rádio Jubilar e também do programa dos sábados. Mas, é necessário entendermos que muitas vezes o procedimento da nossa população não é o mais correcto. Quando se abre a possibilidade de as pessoas ligarem e tem havido discursos insultuosos e que brigam e põem em causa a questão da saúde e da vida das pessoas, esse discurso não pode passar, porque este país não cria paz social. Por isso, e eu apelo a todos sãotomenses, agora não é para os Deputados, mas é para quem está lá fora, que somos todos maioritariamente cristãos, diz-se que a nossa palavra tem força e tem poderes. E todo aquele que quer alguma coisa, ou melhor, o que nós tiramos da nossa boca recebemos em dobro. Então, aquele que deseja doença ou morte para outro sabe que está a semear uma má semente e pode colher em dobro.

Por isso, o meu apelo é para todos os sãotomenses possam olhar para São Tomé e Príncipe. Podemos fazer críticas sim, mas quando levamos a nossa crítica com algum elemento de discurso de ódio, retira a qualidade daquilo que estamos a criticar. Este é o meu apelo a todos os sãotomenses, que não usemos esses canais, também falo do Facebook, sem crítica àqueles que estão no Facebook. Façamos as críticas, sim, no País, se há situações que não estão bem, porque o Governo também vai melhorar o seu procedimento com as críticas, mas com insultos não, ninguém vai ganhar.

Este é um aspecto que eu trazia.

Para terminar e também com a anuência do Líder Parlamentar, foi dito na nossa declaração política, mas aqui com a permissão do Líder Parlamentar, o nosso Grupo Parlamentar também está solidário com a classe médica. Nós todos estamos solidários com a exigência dos médicos e aliás eles não estão a pedir melhorias salariais, mas estão a pedir que haja condições de trabalho. E é vontade do Governo proporcionar melhores condições de trabalho à classe médica. Por isso, é salutar. Como disse o Líder Parlamentar, uma ave não voa só com uma asa. É preciso as duas asas em condições. Logo, se o Governo optar por uma questão de legalidade ou não, que se deve melhorar o aspecto reivindicativo, é um aspecto. Isto é uma asa do Governo. A outra asa também é que o Governo deve, não obstante isso, criar as condições, sobretudo de abastecimento de medicamentos e criar condições de trabalho, porque nós todos precisamos. Mesmo aqui nesta Sala, nós todos precisamos, directa ou indirectamente, hoje ou amanhã.

Por esta razão, nós os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI estamos solidários com os médicos. Que se encontre então a solução mais plausível e serena para o bem de todos nós.

Um bem-haja.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos passar para o momento dos votos. Nós temos dois votos de pesar, um pelo passamento físico do ex-Deputado Sr. Marcelo da Conceição Correia da Cruz e o outro pelo passamento físico da ex-Deputada Sra. Maria Edith Salvaterra Pinto. Podem perguntar, se eles já faleceram há algum tempo, por quê só agora? É para esclarecer os que não sabem que nós estivemos de férias parlamentares e, enquanto isso, não podíamos. Esta é a primeira reunião plenária desta sessão e, por isso, estamos a fazê-lo agora.

E, de acordo com a sugestão do Sr. Deputado Osvaldo Abreu, os Serviços estão a tentar preparar um voto de solidariedade para com o povo espanhol e eu gostaria de solicitar a indulgência dos Srs. Deputados e Deputadas, para nós introduzirmos este voto de solidariedade na nossa agenda. Srs. Líderes Parlamentares, gostaria de ouvir de vós.

O ADI concorda, o MLSTP/PSD e o MCI/PS-PUN também concordam, então os Serviços estão a fazer démarches, no sentido de nós apresentarmos o voto de solidariedade para com o povo irmão espanhol.

Enquanto isso, peço à Sra. Secretária da Mesa que apresente o voto de pesar pelo passamento físico do Sr. ex-Deputado Marcelo da Conceição Correia Cruz.

Desculpem-me, Srs. Deputados do BASTA cá presentes, porque para nós introduzirmos qualquer coisa na nossa agenda devemos ter a anuência de todos. Eu solicitei aos Líderes Parlamentares e não perguntei aos Deputados do BASTA. O Srs. Deputados também são de opinião que se introduza o voto de solidariedade? Estão de acordo?

Vozes do BASTA: — Sim.

A Sra. Presidente: — Agora sim, com a anuência de todos, vamos introduzir o voto de solidariedade. Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa.

A Sra. Secretária: — Obrigada, Sra. Presidente.

Vou proceder à leitura do «Projecto de Voto de Pesar n.º 17/XII/5.ª/2024 – Pelo Passamento Físico do ex-Deputado, Sr. Marcelo da Conceição Correia da Cruz.

Foi com profunda consternação que os Deputados à Assembleia Nacional tomaram conhecimento do passamento físico do ex-Deputado, Sr. Marcelo da Conceição Correia da Cruz, ocorrido no passado dia 17 de Junho do ano 2024, antigo quadro do Ministério das Finanças, afecto à Direcção dos Impostos;

Considerando que o malogrado exerceu também as funções de Vereador na Câmara Distrital de Lobata (2010-2014) e sobretudo de Deputado à Assembleia Nacional, na V Legislatura (1994-1999), VI Legislatura (1999-2002) e na VII Legislatura (2002-2006), pelo MLSTP/PSD, no Círculo Eleitoral de Lobata;

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

Honrar a memória do Sr. Marcelo da Conceição Correia da Cruz, pelo serviço prestado à Nação, enquanto Deputado desta Augusta Assembleia;

Exprimir, através deste Voto de Pesar, a sua maior consternação e apresentar à família enlutada, parentes e amigos as profundas e sinceras condolências pelo seu desaparecimento físico.

Assembleia Nacional, São Tomé, 1 de Novembro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento Lourenço.»

A Sra. Presidente: — Os Srs. Deputados estão a sugerir que apresentemos todos os votos. Aprovamos todos também? Pode ser, ou um de cada vez?

Todos de uma só vez?

Vozes: — Sim.

A Sra. Presidente: — Os votos de pesar, pelo menos. O de solidariedade vem depois.

Tem a palavra a Sra. Secretária.

A Sra. Secretária: — «Projecto de Voto de Pesar n.º 18/XII/5.ª/2024 – Pelo passamento físico da ex-Deputada, Sra. Maria Edith Salvaterra Pinto.

Foi com profunda consternação que os Deputados à Assembleia Nacional tomaram conhecimento do passamento físico da ex-Deputada, Sra. Maria Edith Salvaterra Pinto, ocorrido no passado dia 17 de Agosto do ano 2024, em Portugal.

Maria Edith Salvaterra Pinto, filha de pais são-tomenses, nasceu em Guiné-Bissau, em 28 de Dezembro de 1948, foi Mestre em Língua, Cultura Portuguesa e Didácticas, defendeu a tese sobre «Análise de Manuais de Língua Portuguesa da 7.ª, 8.ª e 9.ª classes em São Tomé e Príncipe.»

A malograda foi Professora do Ensino Primário no ano de (1970 a 1976), Orientadora Pedagógica do Centro Nuclear das Escolas do Distrito de Mé-Zóchi (1976 a 1981), Professora da Língua Portuguesa da 7.ª e 8.ª classe (1984 a 1989);

De 1990 a 1995, desempenhou as funções de Directora da Escola Secundária da Trindade e, de 1996 a 2000, foi professora e responsável da disciplina de Língua Portuguesa da 9.ª e 10.ª classes no Liceu Nacional;

De 2002 a 2007, exerceu de igual modo as funções de Professora no Instituto Superior Politécnico de São Tomé Príncipe (ISP-STP) e no Instituto Diocesano de Formação João Paulo II (IDF); De 2006 a 2020, foi também Professora na Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (ULSTP).

Além do seu notório contributo nos ensinos primário, secundário e universitário, exerceu com grande competência política e inegável patriotismo vários e relevantes cargos públicos, entre os quais:

Vice-Presidente e responsável do Departamento de Relações Externas da Associação dos Professores do Liceu Nacional, 1997-2000;

Vice-Presidente da Associação das Mulheres do Distrito de Mé-Zóchi, «FEMPENHO»; Fundadora e Presidente da Fundação Fraternidade e Desenvolvimento.

A Sra. Maria Edith Salvaterra Pinto exerceu também as funções de Deputada à Assembleia Nacional, na V, VIII e IX Legislaturas (1994 – 1999), (2006-2010) e (2010-2014), respectivamente, pelo partido PCD no Círculo Eleitoral de Mé-Zóchi, sendo designada membro efectivo da 3.ª Comissão Especializada Permanente (Comissão dos Assuntos Sociais) na IX Legislatura.

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Honrar a memória da Sra. Maria Edith Salvaterra Pinto, pelo serviço prestado à Nação, enquanto Deputada desta Augusta Assembleia;
2. Exprimir, através deste Voto de Pesar, a sua maior consternação e apresentar à família enlutada, parentes e amigos, as profundas e sinceras condolências, pelo seu desaparecimento físico.
3. Assembleia Nacional, São Tomé, 1 de Novembro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento Lourenço.»

A Sra. Presidente: — Obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Vamos submeter à votação o primeiro Projecto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para se pronunciar à volta dos Projectos de voto de pesar apresentados.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Obrigado, Sra. Presidente.

Apresentados os Projectos de votos de pesar dos malogrados, sem qualquer pendor ao malogrado Marcelo da Cruz, que conheci por ser do Distrito onde normalmente faço o trabalho político, gostaria de enviar pessoalmente à família o meu voto de pesar.

Mas o meu propósito tem a ver com a malograda Edith Salvaterra, uma senhora, uma mãe, avó, companheira que enquanto Deputada da Nação demonstrou as suas qualidades de patriotismo e sabedoria de alguém afável, sem

qualquer tipo de reservas. A Edith Salvaterra faleceu, mas deixou um vazio, sobretudo no Ministério da Educação e também cá na Assembleia Nacional. Muitos não tiveram a oportunidade de estar nas exéquias fúnebres da malograda, eu sou um caso desse, por isso gostaria de aproveitar este púlpito para enviar, não apenas à família, mas também a todos os Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que com ela trabalharam, as companheiras e companheiros do PCD que com ela tiveram a oportunidade de estar em vários actos de trabalho político, profissional e de confraternização. Eu não poderia, estando aqui presente, ficar impávido e sereno, sem manifestar também o meu voto pessoal. À querida amiga e irmã Edith Salvaterra, que Deus a tenha!

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Venho aqui também na mesma senda do Deputado Delfim Neves, para prestar uma homenagem pública, sobretudo à ex-Deputada Maria Edith Salvaterra Pinto, uma pessoa que eu tive o prazer de conhecer e conviver há mais de 30 anos, como amigo próximo da família, que nos deixou recentemente.

Naturalmente, aproveito o palco também para deixar um forte abraço à família do meu ex-camarada Marcelo, que a paz do Senhor esteja com ele onde estiver. Mas venho, como disse, prestar uma homenagem pública em particular à Didi, era assim que nós a chamávamos na Trindade. Conheci-a desde o tempo de estudante, sou amigo da família, dos filhos e do marido. Uma senhora de princípios e convicções fortes, patriota, serviu este país em vários sectores, sobretudo no Sector da Educação, deixou um vasto legado e que de certeza vai deixar muita falta à nossa sociedade e aos seus ex-alunos. Por isso, vim cá, volto a dizer, fazer esta ressalva pública à nossa querida Didi e enviar um abraço forte ao Camblé, ao Luisélio, à Solange e ao Imy, que continuem a ter essa coragem e esse conforto no coração. Também envio um abraço a todos os trindadenses, em particular, porque Trindade perdeu uma das suas cidadãs mais ilustres.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Também como ex-aluno da professora Edith Camblé, professora Didi, gostaria de juntar a minha voz à dos outros colegas, para render publicamente a minha homenagem à nossa querida professora, que deu quase tudo de si para o ensino público e privado em São Tomé e Príncipe. Também de forma pública gostaria de cumprimentar o seu ex-marido, Abelardo Camblé Pinto, mais conhecido por Camblé. Que Deus conforte o nosso querido amigo.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Nós não temos distribuição de tempo para este ponto em concreto, mas vamos tentar ver aqui quantos Deputados podem fazer intervenção, porque se abrirmos muito... temos uma agenda com outros pontos.

Tenho o Sr. Deputado do BASTA, Delfim Neves, que já fez intervenção, o Sr. Deputado Wuando Castro, já o fez, e do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD estão a pedir a palavra também os Srs. Deputados Guilherme Octaviano e Osvaldo Abreu.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, da Coligação MCI/PS-PUN.

A Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — Obrigada, Sra. Presidente.

A Coligação MCI/PS-PUN também gostaria de juntar a sua voz, para endereçar à família força e coragem. Só Deus para lhes confortar!

Já tinha feito uma proposta verbal há alguns anos acerca de votos de pesar aos ex-deputados, que nós encontrássemos formas de apresentar uma fotografia da pessoa, porque temos deputados jovens. Eu, pelo menos, não tenho noção de quem seja o ex-Deputado Marcelo. Então, se tivesse uma fotografia para se poder expor nestes momentos, seria bom. Porque nós sabemos que os homens passam e as instituições ficam, mas a imagem, a fotografia pelo menos, quando se vê, diz-se: «— Ah, afinal é esse!» E então, é com esse sentimento que eu gostaria de fazer mais uma vez um apelo à Assembleia Nacional, que conseguisse forma de poder apresentar as fotografias dos ex-deputados, pelo menos para termos uma noção e para que os futuros deputados tenham contacto e para saberem na realidade quem foi.

A Sra. Presidente: — Vamos ver com os Serviços de Comunicação e Imagem como fazer para que consigamos uma foto dos deputados e assim satisfazer a sugestão da Sra. Deputada Beatriz.

Eu vou facultar mais uma intervenção ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, entendam-me, se faz favor, porque não vou poder passar a palavra às duas pessoas que pediram. Entre o Sr. Deputado Osvaldo Abreu e o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, um tem a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, meus Caros Deputados, Caro Ministro, Estimados Funcionários da Assembleia, os meus cumprimentos.

Eu senti-me no dever de também manifestar os meus sentimentos às famílias, embora já o tenha feito pessoalmente.

Começando pela professora Edith, minha vizinha, conhecemos há muito tempo e temos uma história muito grande. Fui Ministro da Educação também na altura, temos um historial muito grande, os filhos nasceram, eu os conheci, e presenciei a cerimónia matrimonial deles e muitas outras questões. Também tive convivência com os meus colegas deputados que passavam lá à porta.

Quanto ao meu ex-amigo Marcelo, também tivemos um período de convivência muito estreita e também gostaria de transmitir os meus sentimentos à família.

E, para terminar, concordo com a proposta da nossa Bia, se fosse possível os serviços técnicos fazerem a projecção da fotografia, porque muitos com certeza não conhecem e não são obrigados. Alguns são mais novos e, portanto, é bom conhecer a demanda da história.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Assim sendo, vamos submeter à votação os respectivos votos de pesar. Primeiro, pelo passamento físico do ex-Deputado Marcelo da Cruz e a seguir pelo passamento físico da ex-Deputada Edith Salvaterra Pinto.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Submetido à votação, o Projecto de Voto de Pesar pelo Passamento Físico do ex-Deputado Marcelo da Conceição Correia da Cruz foi aprovado por unanimidade, com 50 votos.

Vamos submeter agora o Projecto de Voto de Pesar pelo Passamento Físico da ex-Deputada Maria Edith Salvaterra Pinto.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Submetido à votação, o Projecto de Voto de Pesar pelo Passamento Físico da ex-Deputada Maria Edith Salvaterra Pinto foi aprovado por unanimidade, com 51 votos. É para informar que depois da primeira votação entrou um deputado na Sala. É bom que se diga, porque o primeiro voto de pesar foi aprovado com 50 votos e o segundo foi aprovado com 51 votos favoráveis ou por unanimidade dos deputados presentes.

Os Serviços rapidamente prepararam um voto de solidariedade pela tragédia que afectou o Reino de Espanha, na sequência das fortes chuvas que devastaram a Região de Valência. Agradeço os Serviços, pelo facto de prontamente nos prepararem um texto, e vou pedir à Sra. Secretária da Mesa que o apresente e também a indulgência de todos para que, se houver alguma intervenção a fazer, alguma alteração, alguma melhoria, que estejam à vontade.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. Secretária: — Obrigada, Sra. Presidente.

«Voto de Solidariedade pela Tragédia que Afectou o Reino de Espanha, na sequência de fortes chuvas que devastaram a região de Valência.

Tendo tomado conhecimento das fortes enxurradas que provocaram inundações e perda de vidas humanas na região de Valência, Anda Luzia (Reino de Espanha), ocorrido no dia 29 de Outubro do corrente ano;

Considerando que houve perda de vidas humanas e prejuízos incalculáveis resultantes dessa catástrofe natural que provocou danos psicológicos e materiais ao povo espanhol, particularmente à população daquelas regiões, considerando ainda as relações de amizade e cooperação existentes entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Reino de Espanha, a Assembleia Nacional adopta nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

Manifestar, em nome do povo santomense, o seu voto de pesar para com o povo irmão do Reino de Espanha, em consequência das fortes chuvas e inundações que devastaram a zona leste do país, provocando vítimas mortais, danos materiais e inúmeros deslocados.

De igual modo, manifestar a sua solidariedade para com as autoridades espanholas e as vítimas do trágico acontecimento, renovando assim os laços de amizade e fraternidade que nos une.

Assembleia Nacional, 1 de Novembro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.»

A Sra. Presidente: — Apresentado o Projecto de Voto de Solidariedade, peço aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que se pronunciem.

Está tudo conforme? Se não estiver, que alteração fazer?

E se estiver, vamos submeter à votação. Não há nenhuma medida para melhoria ou alteração? Quer dizer que o texto está bom.

Assim sendo, vamos submetê-lo à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O projecto de voto de solidariedade pela tragédia que afectou o Reino de Espanha, em sequência de fortes chuvas que devastaram a região de Valência, foi aprovado com 51 votos a favor.

Agora, vamos para a segunda parte do nosso trabalho, que é o período da ordem do dia, em que temos agendados 6 pontos, sendo que o último ponto careceu de alguns acertos. Portanto, em conversação com os proponentes, vamos retirá-lo da nossa agenda de trabalhos. Quer dizer que vamos ficar com 5 pontos na nossa agenda.

Os três primeiros são pedidos de assentimento de Sua Excelência o Sr. Presidente da República. Ao fazermos a apresentação desses pedidos de assentimento, é possível que vejam alguma data já ultrapassada, mas é para dizer que em Conferência dos Líderes nós viabilizamos estes pedidos de assentimento e, por ser a plenária o lugar por excelência para se dar assentimento, estamos a submetê-los agora, para formalizarmos estes pedidos que já viabilizamos, por estarmos no período de férias parlamentares.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para apresentar o primeiro, que é o assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República se ausentasse do Território Nacional, para uma visita de trabalho, a convite de Sua Excelência o Presidente da República da Guiné Equatorial, o Sr. Obiang Nguema Mbasogo, entre os dias 19 e 26 de Agosto do corrente ano.

A Sra. **Secretária**: — Vou proceder então à leitura da missiva proveniente de Sua Excelência o Presidente da República.

«Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Pedido de assentimento para ausentar do Território Nacional.

Excelência, devendo deslocar-me a Guiné Equatorial, a convite de Sua Excelência o Sr. Obiang Nguema Mbasogo, Presidente daquele país, para uma visita de trabalho, a decorrer de 19 a 26 de Agosto corrente, venho solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do Território Nacional, entre os dias 19 e 26 de Agosto do ano em curso.

Com os melhores cumprimentos.

Palácio do Povo, em São Tomé, aos 13 de Agosto de 2024.

O Presidente da República, Carlos Manuel Vila Nova.»

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos apresentar também a segunda missiva de Sua Excelência o Sr. Presidente da República e aprovaremos, em separado, as resoluções.

A Sra. **Secretária**: — «Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Pedido de assentimento para ausentar do Território Nacional.

Devendo deslocar-me a Guiné Equatorial, para participar na XXV Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a realizar-se no dia 18 de Outubro próximo, em Sipopo – República da Guiné Equatorial, venho, em observância do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição da República, solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do Território Nacional, do dia 17 ao dia 19 de Outubro de 2024.

Com os melhores cumprimentos.

Palácio do Povo, em São Tomé, aos 16 de Setembro de 2024.

O Presidente da República, Carlos Manuel Vila Nova.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vou pedir ao Presidente da 1.ª Comissão, o Sr. Elísio Teixeira, para indicar o relator do parecer do primeiro pedido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Passo então a ler o «Parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente sobre o Projecto de Resolução n.º 70/XII/4.º/2024 – Dá assentimento ao Presidente da República para que possa se ausentar do Território Nacional com destino à República da Guiné Equatorial, para uma visita de trabalho, entre os dias 22 e 26 de Agosto.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 13 de Agosto do corrente ano, um pedido de assentimento de Sua Excelência o Presidente da República, para se ausentar do Território Nacional, com destino à República da Guiné Equatorial, entre os dias 22 e 26 de Agosto do corrente ano, a convite do seu homólogo, o Sr. Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, para uma visita de trabalho.

Para o efeito, a 1.ª Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 11 de Setembro do corrente ano para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado pedido e indigitar o relator.

Após uma análise da missiva de Sua Excelência o Presidente da República, a Comissão concluiu que a solicitação cumpre os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição da República, conjugado com o n.º 1 do artigo 244.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Neste sentido, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter o referido assentimento ao Plenário, para os devidos efeitos.

Eis o parecer da 1.ª Comissão sobre o assunto em epígrafe.

São Tomé, 11 de Setembro do ano 2024.

O Presidente, Elísio d' Alva Teixeira.
O Relator, Wuando Castro de Andrade.»

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro.
Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para apresentar o Projecto Resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Projecto de Resolução n.º 70/XII/4.ª/2024 – Assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, entre os dias 19 e 26 de Agosto, com destino à República Guiné Equatorial.

Preâmbulo.

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 13 de Agosto do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:
Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, para que Sua Excelência o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, entre os dias 19 e 26 de Agosto do ano em curso, com destino à República da Guiné Equatorial, a convite do seu homólogo, Sr. Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, para uma visita de trabalho.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir do dia 19 de Agosto de 2024.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 1 de Novembro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Intervenção ou alteração?

Não havendo, vamos submeter à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos ao 2.º pedido, e assim peço ao Sr. Presidente da 1.ª Comissão para indicar o relator.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bondoso.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — «Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucional Administração Pública e Ética.

Parecer sobre o Projecto de Resolução n.º 71/... (*pode ser que eu não estou a ver essa coisa*) XII/4.ª/2024 – (Assembleia) ... Assentimento para que o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, entre os dias 17 e 19 de Outubro, com destino à República da Guiné Equatorial, entre os dias 17 e 19 de Outubro corrente, ... a fim de participar, no dia 20 de... (*assim não se vê*) ... (*décima segunda quinta*) ... (*letra está pequenina, não estou a ver*)... (*letra está pequenina*) ...

Murmúrios e risos gerais.

Pausa.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino Jesus.

O Sr. **Laudino Jesus** (ADI): — Reconhecemos que as letras não estão muito legíveis, mas se calhar os meus óculos vão ampliá-las um bocadinho mais.

«Parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente sobre o Projecto de Resolução n.º 71/XII/4.ª/2024 – Pedido de assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional com destino à República da Guiné Equatorial, entre os dias 17 e 19 de Outubro corrente, a fim de participar na XXV Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estados da África Central (CEEAC).

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 17 de Setembro do corrente ano, um pedido de assentimento de Sua Excelência o Presidente da República, para se ausentar do Território Nacional, com destino à República da Guiné Equatorial, entre os dias 17 e 19 de Outubro corrente, a fim de participar na XXV Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado da África Central (CEEAC), a realizar-se no dia 18 de Outubro em Sipopo – República da Guiné Equatorial.

Para o efeito, a 1.ª Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 4 de Outubro do corrente ano para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado pedido e indigitar o relator.

Após análise da missiva de Sua Excelência o Presidente da República, a Comissão concluiu que a solicitação cumpre os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, conjugado com o n.º 1 do artigo 244.º do Regimento da Assembleia Nacional. Neste sentido, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter o referido assentimento ao Plenário, para os devidos efeitos.

Eis o parecer da 1.ª Comissão sobre o assunto em epígrafe.

São Tomé, 9 de Outubro do ano 2024.

O Presidente, Elísio d' Alva Teixeira.
O Relator, Arlindo Santos.»

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para apresentar o Projecto de Resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Projecto de Resolução n.º 71/XII/4.ª/2024 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 17 e 19 de Outubro, com destino à República da Guiné Equatorial. Preâmbulo.

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 17 de Setembro do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 17 e 19 de Outubro do corrente ano, com destino à República da Guiné Equatorial, para participar na XXV Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC, a realizar-se em Sipopo, no dia 18 de Outubro.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 1 de Novembro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.»

A Sra. **Presidente**: — Vamos submeter o Projecto de Resolução à votação, se não houver nenhuma proposta de emenda ou alteração.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 45 votos a favor.

Submetemos os dois Projectos à votação na generalidade e agora vamos passar à votação na especialidade e final global. O primeiro é assentimento para se ausentar no período de 19 a 26 de Agosto com destino a Guiné-Equatorial.

Já votamos na generalidade, vamos agora submetê-lo à votação na especialidade.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Assentimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

É aprovado o Projecto de Resolução n.º 70/XII/4.ª/2024 – Assentimento para que Sua Excelência o Sr. Presidente da República pudesse ausentar do País entre os dias 19 e 26 de Agosto com destino à República da Guiné-Equatorial.

O segundo Projecto de Resolução que é assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República pudesse ausentar do Território Nacional nos dias 17 e 19 de Outubro com destino à República da Guiné Equatorial.

Vamos passar à votação na especialidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 46 votos a favor.

Artigo 1. Assentimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Temos o terceiro pedido de assentimento, o assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República possa autorizar a entrada do Navio de Patrulha NRP Viana do Castelo, da Marinha Portuguesa, no período de 1 a 4 de Novembro do ano corrente, no âmbito da Acção de Cooperação Mar Aberto. Este é actual.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, dos Assuntos Parlamentares e da Coordenação do Desenvolvimento Sustentável (Lúcio Magalhães): — Sra. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, bom dia.

Venho aqui dizer coisas básicas.

No âmbito dessa cooperação com a Marinha Portuguesa e com o Governo Português, o Governo propõe a entrada do Navio de Patrulha Viana do Castelo, da Marinha Portuguesa, no período de 1 a 4 de Novembro do corrente ano, como já referi, no âmbito da Cooperação Mar Aberto.

Não tenho mais nada a acrescentar.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, para ler o parecer.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, saudações a todos, segundo a precedência protocolar.

«Parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 35/XII/4.ª/2024 – Assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada, permanência e saída do Navio de Patrulha NRP Viana do Castelo, da Marinha Portuguesa, nas nossas águas territoriais.

Enquadramento.

O Governo, através do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares, submeteu à Mesa da Assembleia Nacional um pedido para que esta dê assentimento ao Presidente da República para que este autorize a entrada, permanência e saída do Navio de Patrulha NRP Viana do Castelo, da Marinha Portuguesa, nas nossas águas territoriais, no período de 1 a 4 de Novembro de 2024, no âmbito da Acção de Cooperação Mar Aberto.

Cumpre analisar.

A presença do Navio NRP Viana do Castelo nas nossas águas territoriais enquadra-se na realização de acções de patrulhamento decorrentes do projecto de cooperação denominado Mar Aberto 2023.

A solicitação em causa foi submetida à 1.ª Comissão Especializada, no quadro das suas atribuições regimentais, para que esta emita o devido parecer sobre o assunto.

Reunida no dia 25 de Outubro corrente, os Deputados da Comissão, após análise e verificação do cumprimento dos pressupostos e requisitos legalmente exigidos para o efeito, concluíram que o pedido do Governo encontra a sua legitimidade na alínea j) do artigo 111.º da Lei 1/2003, Constituição da República, de 29 de Janeiro, uma vez que a presença desse Navio da Marinha Portuguesa é parte das actividades e acções de cooperação militar, no âmbito bilateral com Portugal e também ao nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), pelo que a Assembleia Nacional tem concomitantemente legitimidade, nos termos da alínea n) do artigo 97.º, igualmente da Constituição da República.

Assim, nos termos da alínea n) do artigo 97.º, conjugados com a alínea j) do artigo 111.º e com o artigo 112.º, todos da Constituição, esta Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a elaboração de uma resolução para ser submetida ao Plenário, para os devidos efeitos.

São Tomé, em 25 de Outubro de 2024.

O Presidente, Elísio Teixeira.

O Relator, Danilo Santos.»

A Sra. Presidente: — Peço à Sra. Secretária da Mesa que apresente o Projecto de Resolução.

A Sra. Secretária: — «Texto final da Proposta de Resolução n.º 35/XII/4.ª/2024 – Assentimento para que o Presidente da República possa autorizar a entrada do Navio NRP Viana do Castelo, da Marinha Portuguesa, no período de 1 a 4 de Novembro de 2024, no âmbito da Acção de Cooperação Mar Aberto 2024.

Preâmbulo.

Atendendo à necessidade de se autorizar a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, do Navio NRP Viana do Castelo, da Marinha Portuguesa, no âmbito da Acção de Cooperação Mar Aberto 2024;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Assentimento.

É dado assentimento ao Presidente da República, nos termos da alínea n) do artigo 97.º da Constituição, para autorizar a entrada e permanência, nas águas sob a jurisdição nacional, do Navio NRP Viana do Castelo, da Marinha Portuguesa, no período de 1 a 4 de Novembro de 2024, no âmbito da Acção de Cooperação Mar Aberto 2024.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 1 de Novembro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.»

A Sra. Presidente: — Vamos submeter o Texto Final da Proposta de Resolução à análise na generalidade.

Não havendo considerações, vamos passar à votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 49 votos a favor e 1 abstenção.

Vamos passar à votação na especialidade. Preâmbulo

Submetido à votação, foi aprovado com 49 votos a favor e 1 abstenção.

Artigo 1.º. Assentimento.

Submetido à votação, foi aprovado com 49 votos a favor e 1 abstenção.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 49 votos a favor e 1 abstenção.

Final global.

Submetido à votação, foi aprovado com 49 votos a favor e 1 abstenção.

Vamos ao quarto ponto da nossa agenda, discussão e votação, na generalidade, especialidade e final global, da Proposta de Resolução n.º 34/XII/4.ª/2024 – Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República do Togo, relativo à Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Ordinários.

Peço ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros para apresentar a Proposta.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (Gareth Guadalupe): — Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Povo da República Democrática de São Tomé e Príncipe que residem no País e no exterior, boa tarde.

Este acordo foi assinado desde 18 de Junho de 2024. Enquanto que no Togo, a partir do momento em que o meu homólogo assina o acordo de isenção de vistos comigo entra em vigor, no nosso País temos outros procedimentos. É aprovado no Conselho de Ministros, submetido à Assembleia para aprovação e depois ratificado por Sua Excelência o Sr. Presidente da República. Portanto, há todo um processo, e o Togo só está à espera que concluamos o processo da nossa parte, e o povo de São Tomé e Príncipe, aqueles que são comerciantes, que vão ao Togo fazer compras. A nossa população que também muitas vezes pretende dirigir-se ao Togo e mesmo aqueles que têm passaportes diplomáticos e de serviços, uma vez que temos agora a Companhia de Bandeira, ASky, a voar, e é um ponto de referência Togo/Lomé. Então, é importante sempre que tivermos que fazer escala no Togo, de 2 ou 3 horas, ou mesmo uma escala que possa nos permitir pernoitar, que possamos chegar ao Togo sem problemas de vistos.

Por isso é que só vejo benefícios na assinatura deste Acordo de Isenção com a República do Togo para o povo de São Tomé e Príncipe, seja ele cidadão comum, seja ele funcionário público, quando tiver que usar o passaporte de serviço e o passaporte diplomático.

Sra. Presidente da Assembleia, se me permite, sei que não terei outra oportunidade aqui, porque não é a matéria, mas gostaria de trazer, uma vez mais e aproveitar esse púlpito da Assembleia e a audiência que normalmente têm na página do Facebook, para dizer que o Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, inaugurou aquilo que chamamos de Consulado Itinerante, que é para permitir que possamos levar os serviços mais essenciais, sobretudo a obtenção do passaporte, aos nossos cidadãos que estão em países onde não temos embaixada ou em países onde temos embaixada, como é o caso do Gabão e do Marrocos, mas que não temos lá aqueles kits que possam fazer o registo de dados biométricos. Mas como para fazer o passaporte é preciso termos o B.I., também irá uma equipa da Direcção Geral dos Registos e Notariados e estaremos no Gabão, mais concretamente em Libreville, na nossa Embaixada, a prestar esse serviço. Estaremos na região de Tanger em Marrocos, onde temos uma comunidade estudantil muito importante, em Rabat e também deslocaremos a São Paulo e Fortaleza, onde também temos lá uma importante comunidade nossa que não só precisa desses documentos, mas também precisa de muitos esclarecimentos. Por isso é que também irá deslocar-se alguém experimentado da Direcção Geral dos Registos e Notariados, para poder esclarecer melhor a nossa população sobre o que pode ser feito, para que possam não só estar legal no Brasil, mas também obter todas as informações necessárias para a regularização dos seus filhos e da sua situação naquele país.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

Gostaria agora de pedir ao Sr. Presidente da 1.ª Comissão para indicar o relator.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, para a leitura do parecer.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — «Parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 34/XII/4.ª/2024 – Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República do Togo relativo à Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Ordinários.

Introdução.

O Governo, através do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, dos Assuntos Parlamentares e da Coordenação do Desenvolvimento Sustentável, submeteu à Mesa da Assembleia Nacional uma Proposta de Resolução que aprova o Acordo entre São Tomé e Príncipe e o Governo da República do Togo relativo à Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Ordinários, de Serviço e Diplomáticos.

Neste sentido, a 1.ª Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 04 de Outubro do corrente ano para, dentre outros assuntos, analisar a Proposta em causa e o respectivo parecer.

Enquadramento legal.

A iniciativa é exercida nos termos da alínea e) do artigo 111.º da Constituição da República, que estabelece a competência do Governo para negociar os Acordos e Convenções Internacionais que, depois de aprovado pela Assembleia Nacional, nos termos da alínea j) do artigo 97.º da Constituição da República, conjugado com o artigo 198.º do Regimento da Assembleia Nacional, são remetidos ao Presidente da República para a sua ratificação, como determina a alínea b) do artigo 82.º da Constituição da República.

Contextualização.

No sentido de reforçar as relações de cooperação e amizade existentes entre São Tomé e Príncipe e o Togo, os Governos dos dois países decidiram, dentro de um quadro de igualdade e reciprocidade, assinar este Acordo de Isenção de Vistos para os Titulares de Passaportes Ordinários, de Serviço e Diplomáticos, que permite a entrada e livre circulação dos cidadãos nacionais desses países nos respectivos territórios, por um período máximo de 90 dias.

Este Acordo revela-se como uma mais-valia para a consolidação das relações entre os dois Estados e pode ajudar também no incremento das relações comerciais.

Conclusão e recomendação.

Nestes termos, esta Comissão conclui que a Proposta de Resolução cumpre todos os requisitos necessários, recomendando à Mesa da Assembleia Nacional que seja submetida ao Plenário, para o efeito de apreciação e votação.

Eis o parecer da 1.ª Comissão sobre o assunto em epígrafe.

São Tomé, 4 de Outubro do ano 2024.

O Presidente, Elísio Teixeira.

O Relator, Wuando Castro de Andrade.»

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muita obrigada, Sr. Deputado Danilo Santos.

Peço à Sra. Secretária da Mesa que apresente o Texto Final da Proposta de Resolução.

A Sra. Secretária: — «Texto Final da Proposta de Resolução n.º 34/XII/4.ª/2024 – Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República do Togo, relativo à Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Ordinários, celebrado em 18 de Junho de 2024.

Preâmbulo.

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República do Togo, engajados em reforçar e aprofundar as relações de amizade e de cooperação entre os dois países e povos, assinaram, em 18 de Junho de 2024, em Lomé, o Acordo de Isenção de Vistos para os Cidadãos dos dois Países titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Ordinários;

Considerando que este Acordo constitui uma mais-valia para o estabelecimento das relações diplomáticas entre as Partes e prevê a isenção de vistos para os nacionais dos dois países e, consequentemente, a promoção das suas relações comerciais;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos das alíneas b) e j) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Aprovação.

É aprovado, para ratificação, o Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República do Togo relativo à Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Ordinários, celebrado em 18 de Junho de 2024, em Lomé, cujos textos em língua francesa e portuguesa fazem parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Setembro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.»

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Submetemos a Proposta de Resolução à análise e discussão.

Não havendo qualquer inscrição, vamos submetê-lo à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 48 votos.

Vamos passar à aprovação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º Aprovação.

Submetido à votação, foi aprovada por unanimidade.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º Aprovado com 48 votos a favor.

Vamos passar à votação final global do Texto Final da Proposta de Resolução n.º 34/XII/4.ª/2024.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Foi aprovado por unanimidade o Texto Final da Proposta de Resolução n.º 34/XII/4.ª/2024, que é o Acordo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República do Togo, relativo à Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Ordinários, celebrado em 18 de Junho de 2024.

Passemos para o último ponto, que é discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 72/XII/4.ª/2024, Eleição de um Juiz do Tribunal Constitucional.

Habitualmente fazemos o nosso intervalo às 13 horas, estou a solicitar à Assembleia se nós podemos continuar e concluir este último ponto, ou se fazemos o nosso habitual intervalo.

Vamos continuar? Muito bem.

Assim sendo, para informar que temos uma missiva dirigida à Mesa, pelo Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, com relação à vacatura que houve, para nos conduzir a esse processo de eleição de um juiz.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para fazer a sua apresentação.

A Sra. **Secretária**: — «Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Nacional, honra-me cumprimentar Vossa Excelência e comunicar-lhe que, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 19/2017, de 26 de Dezembro, os juízes do Tribunal Constitucional são designados por um período de 5 anos e cessam funções com a posse do juiz designado para ocupar o respectivo lugar.

Destarte, a Resolução da Assembleia Nacional n.º 61/XI/2019, de 12 de Agosto, Publicado no Diário da República n.º 44, de 12 de Agosto, I Série, elegeu, no seu artigo 1.º, o Conselheiro Jesuley Patrick Novais Lopes, que foi depois empossado no dia 12 de Agosto de 2019, para o mandato de 5 anos no Tribunal Constitucional, nos termos do n.º 3 do artigo 132.º da Constituição da República.

Com a publicação da Lei n.º 3/2023, de 5 de Julho, Lei Interpretativa, resulta da norma transitória, expressa no n.º 2 do artigo 7.º que o Juiz Conselheiro em activo, Conselheiro Jesuley Lopes, permaneceria em funções, assegurando o funcionamento do Tribunal, enquanto não tivessem sido preenchidas as restantes vagas.

Disposto, rogo os bons ofícios da Assembleia Nacional para proceder em conformidade.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com elevada consideração.

Gabinete do Presidente do Tribunal Constitucional.

São Tomé, aos 12 dias do mês de Setembro de 2024.

O Presidente, Roberto Pedro Raposo.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Recaiu sobre esta missiva um despacho aos Grupos Parlamentares, para a indicação do nome do candidato, a Mesa recebeu a candidatura através do Grupo Parlamentar da Coligação MCI/PS-PUN e, sem mais demora, peço à primeira proponente que faça a apresentação da candidatura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

O Sr. **Baltazar Quaresma** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Mesa, Caros e Caras Deputadas, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, dos Assuntos Parlamentares e da Coordenação do Desenvolvimento Sustentável, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Técnicos desta Casa Parlamentar, especialmente os são-tomenses residentes no País e na diáspora, boa tarde.

Neste momento, passo à leitura da carta enviada pelo candidato ao cargo de juiz conselheiro do Tribunal Constitucional, Jesuley Patrick Novais Lopes.

«Eu, Jesuley Patrick Novais Lopes, nascido em 21 de Maio de 1983, de sexo masculino, de 41 anos de idade, de nacionalidade são-tomense, natural da Trindade – São Tomé, filho de José Manuel Afonso Lopes e de Geraldina Filipe Novais, portador do Bilhete de Identidade n.º 90789, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de São Tomé e Príncipe, em 10 de Novembro de 2023, válido até 07 de Novembro de 2033, Contribuinte Fiscal n.º 109499668, Juiz de Direito de 1.ª Classe, do Tribunal de 1.ª Instância desde de 04 de Outubro de 2011, actualmente desempenha as funções de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional, nos termos das disposições combinadas do artigo 132.º da Constituição da República e o n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 19/2017, de 26 de Dezembro – Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, e residente em Pantufo, Distrito de Água Grande.

Licenciado em Direito e Mestrado em Direito Judiciário, na Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga – Portugal – 2012. Tendo frequentado e concluído o curso de formadores na área penal, com a classificação final, aprovado, no Centro de Estudos Judiciários em Lisboa.

16.º curso de Magistrados Judiciais e do Ministério Público, em Moçambique, com a classificação final de 15,16 valores, e 1.º classificado conforme o respectivo certificado em anexo, tomado conhecimento da apresentação de

candidatura para a eleição de um Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional, nos termos n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 19/2017, de 26 de Dezembro – Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, vem por essa via requerer a Vossa Excelência que se digne admiti-lo para a eleição do cargo de um Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional, nos termos dos artigos 8.º, 9.º, 10.º, 12.º, 13.º e n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 19/2017, de 26 de Dezembro – Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, conjugado com o n.º 2, do artigo 157.º da Constituição da República.»

Portanto, isso consta da carta enviada pelo candidato Jesuley Novais, para o cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional.

Passo agora a ler o seu curriculum vitae.

Protestos gerais.

Uma vez que a carta enviada pelo candidato contém o seu Curriculum Vitae e o mesmo também consta no Diário da Assembleia Nacional, peço a todos aqueles que queiram obter mais informações que o consultem.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

Todo este processo está publicado no nosso Diário. Portanto, o Sr. Deputado fez uma breve apresentação do candidato, a Mesa fez a apresentação da carta recebida e vamos continuar o processo para a eleição do juiz. Para a eleição do juiz, segundo a Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, nós temos o artigo 12.º, ponto 4.º, que diz o seguinte: «Consideram-se eleitos os candidatos da lista que obtiverem 2/3 de votos favoráveis dos Deputados presentes»...

Entretanto, o Deputado Jorge Bondoso sentiu-se e mal e foi socorrido por outros Deputados presentes.

Para dizer que houve uma situação de doença do Deputado, então vamos suspender esta sessão por 15 minutos.

A sessão foi suspensa às 13 horas e 15 minutos e reaberta às 13 horas e 25 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, tínhamos ficado no último ponto que era a eleição de um Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional. Um dos Deputados proponentes já havia feito a apresentação da candidatura e eu ia explicando o processo de votação, quando nos vimos obrigados a suspender a sessão.

Eu estive a apresentar o ponto 4 que diz o seguinte: «Consideram-se eleitos os candidatos da lista que obtiverem 2/3 de votos favoráveis dos Deputados presentes, desde que superior a maioria absoluta de votos de Deputados em efectividade de funções.»

«5. A votação é sempre feita em duas voltas, salvo se na primeira volta os candidatos de uma determinada lista obtiverem 2/3 de votos favoráveis dos Deputados presentes, consideram-se eleitos, não havendo 2.ª volta.»

«6. Se nenhuma lista de candidatos obtiver 2/3 de votos favoráveis dos Deputados presentes na mesma reunião plenária, faz-se uma 2.ª volta e consideram-se eleitos os candidatos da lista que obtiver a maioria absoluta de votos validamente expressos.»

Portanto, vamos distribuir os boletins e o candidato deve ter 2/3 de votos favoráveis. Se este não conseguir 2/3 de votos, vamos à 2.ª volta e basta uma maioria absoluta para ser eleito. Peço aos serviços que façam a distribuição dos boletins.

Mas antes, quantos estamos? Estamos 46 Deputados.

Pausa para a distribuição dos boletins e para a votação.

Já todos votaram?

Então, peço à Mesa que faça a escrutinação dos votos.

Pausa.

Depois do escrutínio, obtivemos o seguinte resultado: 31 votos a favor, 1 voto contra e 15 abstenções, perfazendo 47 votos, que é o número de Deputados que votaram.

No 4.º ponto do artigo 12.º diz que: «Consideram-se eleitos os candidatos da lista que obtiverem 2/3 de votos favoráveis dos Deputados presentes.» E dos 47 Deputados presentes, 2/3 é justamente 31 votos.

Portanto, eu vou pedir à Sra. Secretária da Mesa que apresente o Projecto de Resolução que elege o senhor Juiz.

A Sra. Secretária: — «Projecto de Resolução n.º 72/XII/4.ª/2024 – Eleição de um Juiz do Tribunal Constitucional. Preâmbulo.

Na sequência da carta do Presidente do Tribunal Constitucional, datada do dia 12 de Setembro de 2024, na qual informa à Assembleia Nacional que um dos Juízes Conselheiros daquele Tribunal, eleito e empossado por esta Augusta Assembleia, nos dias 12 e 13 de Agosto de 2019, respectivamente, mantém-se em funções até a presente data;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 19/2017, de 26 de Dezembro – Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, os Juízes do Tribunal Constitucional são designados por um período de 5 anos e cessam funções com a posse do juiz designado para ocupar o respectivo lugar;

Tornando-se necessário proceder à eleição de um juiz, para compor o figurino deste Tribunal, nos termos do artigo 132.º da Constituição da República, coadjuvado com os artigos 8.º, 9.º e 10.º da Lei n.º 19/2017, de 26 de Dezembro – Lei Orgânica do Tribunal Constitucional.

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Eleição.

É eleito o Senhor Jesuley Patrick Novais Lopes, como Juiz do Tribunal Constitucional.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 01 de Novembro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»
Obrigada.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Vamos agora submeter à votação o Projecto de Resolução, generalidade, depois à especialidade e, por último, final global.

Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 16 abstenções.

Vamos passar à votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 16 abstenções.

Artigo 1.º Eleição.

Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor, 15 abstenções e 1 voto contra.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor, 15 abstenções e 1 voto contra.

Vamos passar à votação final global.

Murmúrios.

Vamos já terminar. Estamos a continuar com 47 votos.

Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor, 15 abstenções e 1 voto contra.

É eleito o Senhor Juiz Conselheiro Jesuley Patrick, com 31 votos a favor.

Posto isso, terminamos os nossos trabalhos agendados para hoje.

Começa hoje o mês da juventude e, por isso, quero enviar a partir daqui uma saudação muito especial à nossa juventude, e dizer que todos devemos manter o espírito jovem, apesar das nossas respectivas idades.

Quero agradecer a colaboração dos Assessores da Assembleia Nacional, sobretudo os do Departamento de Apoio ao Plenário, agradecer o nosso Gabinete de Comunicação e Imagem, agradecer os outros Técnicos da Comunicação Social aqui presentes, agradecer as Sras. e os Srs. Deputados e, de uma forma geral, agradecer a todos quantos nos acompanharam desde que começamos até agora.

Um bem-haja a todos e até a próxima.

Então, dou assim por terminada esta sessão.

Eram 13 horas e 56 minutos.